



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RIOS QUE CONECTAM, OBRAS QUE FRAGMENTAM
REALIZADA EM 24/03/2026**

**ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O TEMA "RIOS QUE CONECTAM,
OBRAS QUE FRAGMENTAM: OS IMPACTOS DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ NO
PANTANAL, SEUS POVOS E ESPÉCIES", REALIZADA NA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Pedro Kemp, segundo-secretário da ALEMS e proponente desta audiência, em conjunto com o Environmental Justice Foundation e o Instituto SOS Pantanal, foi aberta a audiência pública sobre o tema "Rios que Conectam, Obras que Fragmentam: os Impactos da Hidrovia Paraguai-Paraná no Pantanal, seus Povos e Espécies".

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Autoridades civis, parlamentares, ambientalistas, biólogos, representantes de entidades de classe, senhoras e senhores, boa tarde! Sejam todos bem-vindos! Boa tarde, todos que nos acompanham ao vivo pela TV ALEMS, canal 7,2 da TV aberta, Rádio ALEMS, conectada à Rádio Senado, na frequência 105,5, e pelas nossas plataformas digitais! Temos wi-fi disponível; para se conectar, localize em seu dispositivo a rede ALEMS. Informamos que estarão disponíveis no site da ALEMS a matéria jornalística, os registros feitos por fotógrafos oficiais e as notas taquigráficas, dentro do prazo regimental. Para compor o dispositivo desta audiência pública, vamos receber o proponente, deputado Pedro Kemp. Convidamos os correalizadores: doutora Luciana Leite, representante da Environmental Justice Foundation no Brasil, e doutora Stefania Oliveira, coordenadora técnico-científica do SOS Pantanal. Convidamos o senhor doutor Marco Antonio Delfino de Almeida, procurador da República, representando o Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul. Convidamos o senhor Gustavo Figueirôa, diretor do Instituto SOS Pantanal. Convidamos a doutora Débora Fernandes Calheiros, pesquisadora da Embrapa, cedida ao Ministério Público Federal, que será a nossa palestrante desta tarde. Senhoras e senhores, teremos, neste momento, a execução do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul, letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes e música de Radamés Gnattali. [Apresentação musical]... Senhoras e senhores, registramos a presença da senhora doutora Livia Tinoco, procuradora regional da República; do senhor Roberto Klabin, vice-presidente da SOS Pantanal e proprietário da Pousada Caiman; do frei Klenner Antônio da Silva, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); do senhor Rodrigo Borguesã, presidente do Instituto Pantanal Sul; da senhora Rebeca Borges, representando a juventude do Partido dos Trabalhadores (PT); da doutora Letícia Couto Garcia, pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); do senhor Luiz Henrique da Silva, secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Corumbá; da senhora senhora Caroline Leuchtenberg, do Projeto Ariranhas Pantanal; do senhor doutor Fernando Rodrigo Tortato, pesquisador da ONG Panthera; do senhor professor Yzel Rondon Suárez, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); da senhora Tassiany Pereira, assessora parlamentar da senadora Soraya Thronicke; do senhor Lucas de Luca, assessor



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RIOS QUE CONECTAM, OBRAS QUE FRAGMENTAM
REALIZADA EM 24/03/2026**

parlamentar da deputada federal Camila Jara; do senhor Juliano Sales, assessor parlamentar do Crea/MS; do senhor Alexandre Martins, vice-presidente do Instituto Tamanduá; do professor doutor Jorge Camargo, assessor pedagógico da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul; da senhora Mônica Guimarães, coordenadora da Documenta Pantanal; do senhor Rui Carlos Toni, do SOS Pantanal; da senhora Camila Bueno Rodrigues, da comunicação do Instituto SOS Pantanal; da senhora Ana Carla Albuquerque, oficial técnica das Mulheres em Ação no Pantanal Wetlands International do Brasil; da senhora Cátia Nunes da Cunha, da Wetlands International do Brasil; do senhor Maurício Copetti, do Instituto Delta do Salobra; da senhora Brendha Arruda, da comunicação do Instituto Delta do Salobra (IDS); e da senhora Rafaela Luchini Donha, engenheira civil da Diretoria de Meio Ambiente da Agesul. Senhoras e senhores, para a abertura oficial e para presidir os trabalhos desta audiência pública, anunciamos o proponente, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimento todas e todos, declaro aberta esta audiência pública, cujo tema é "Rios que Conectam, Obras que Fragmentam: os Impactos da Hidrovia Paraguai-Paraná no Pantanal, seus Povos e Espécies", de minha proposição, em parceria com o Environmental Justice Foundation e o Instituto SOS Pantanal, que tem por finalidade ampliar o debate deste tema com representantes da sociedade civil, autoridades aqui presentes, entidades de classe, ambientalistas, biólogos e instituições não governamentais, garantindo a escuta de especialistas, comunidades afetadas e órgãos competentes. Nesta semana em que os olhos do país e do resto do mundo estão voltados para Campo Grande e para Mato Grosso do Sul, em função da realização da COP15, nós decidimos realizar este evento aqui na Assembleia Legislativa, Casa de Leis do Estado, para debatermos este tema que nos preocupa muito, a Hidrovia Paraguai-Paraná. Eu quero lembrar que esta Casa, no final de 2023, debateu um projeto muito importante, que foi o projeto de lei — hoje já transformado em lei no Estado — de proteção do Pantanal. Acredito que foi um marco na história de Mato Grosso do Sul. Porém, nós sabemos que a aprovação daquela lei, por si só, não garante proteção, desenvolvimento sustentável, nem a preservação do nosso bioma, que é tão sensível e que merece um olhar especial do conjunto da sociedade e do poder público. E a questão que tem nos preocupado agora — aliás, o Pantanal sempre é uma preocupação principalmente das entidades ambientalistas que estão aqui representadas, pois vez ou outra acontecem queimadas descontroladas, desmatamento ilegal, acontece o avanço da soja, por exemplo, no Pantanal, e tantas outras questões que temos debatido aqui. Mas o ponto que nos causa grandes preocupações é a hidrovia. E a maior das preocupações é que esse assunto vem sendo discutido sem uma participação maior da sociedade, sem uma consulta àqueles que serão impactados primeiramente: os ribeirinhos, os pantaneiros, as comunidades indígenas e a população das cidades que ficam no Pantanal, e a sociedade sul-mato-grossense de modo geral. Diante disso, então, nós, aproveitando que a COP15 está sendo realizada aqui em Campo Grande, resolvemos fazer esta audiência pública. Queremos que os debates feitos aqui repercutam e que possamos formar a nossa opinião e encaminhar pareceres às

autoridades de Brasília, às autoridades do Governo Federal e do Governo Estadual, e também à COP15. Acho que não podemos perder essa oportunidade, até porque se trata de um assunto que tem tudo a ver com o que está sendo debatido na COP: espécies migratórias e o nosso patrimônio natural, que é o Pantanal sul-mato-grossense. Com essas palavras, informo que adotaremos a seguinte dinâmica: no primeiro momento, abriremos a palavra aos participantes da mesa; em seguida, ela será franqueada a todos que desejarem participar do debate, seja por meio de perguntas, seja por meio de contribuições. Inclusive, as pessoas que quiserem participar, no segundo momento, devem solicitar ao Cerimonial que as inscreva. Bom, vamos começar ouvindo a doutora Stefania Oliveira.

SENHORA STEFANIA OLIVEIRA (coordenadora técnico-científica do Instituto SOS Pantanal) — Boa tarde, senhoras e senhores! Eu vou apresentar os principais aspectos do processo de concessão, com base na análise dos documentos disponíveis, bem como os pontos críticos que identificamos ao longo desse processo, que vem sendo acompanhado por nossa equipe há algum tempo. Bem, o projeto propõe uma intervenção de 590 quilômetros, no tramo sul, que seria de Corumbá até Porto Murtinho, durante os 365 dias do ano. Mas é importante questionar se haverá outras influências, atividades ou intervenções no Pantanal. Conforme o contrato, existe a possibilidade de intervenções inclusive no tramo norte, em caso de revisão contratual. Observa-se, no mapa, a área em verde claro correspondente ao Pantanal — a planície — e, em verde escuro, os planaltos adjacentes que o circundam, abrangendo toda a região da planície e o curso do rio Paraguai. Conforme mencionado anteriormente, a área de concessão do projeto compreende o tramo sul, de Corumbá até Porto Murtinho. No entanto, o contrato prevê que determinadas atividades possam ser ampliadas ou executadas em outras áreas, mediante revisão extraordinária; ou seja, por meio de um processo de reavaliação contratual. Mas o que, de fato, esse projeto exige? Ele prevê calados de 3 metros durante as estações chuvosas e de 2 metros nas estações secas. É importante esclarecer: o calado corresponde à distância entre a superfície da água e o ponto mais baixo da embarcação, evitando que o navio encalhe. Esses valores foram definidos com base em uma referência hidrológica contratual. E o que isso significa? Foi utilizada uma série temporal de dados, a partir da qual se calcularam médias diárias da estação fluviométrica de Ladário, desconsiderando os valores extremos. Entretanto, os contratos e estudos de viabilidade não apresentam de forma clara os cálculos realizados, os critérios estatísticos adotados nem a metodologia detalhada utilizada. Isso dificulta a reprodução e a validação por uma análise técnica independente. No que se refere às intervenções previstas, destacam-se: 1) dragagem: remoção de sedimentos do fundo do rio (como areia e materiais soltos), que podem dificultar a navegação; 2) derrocamento do canal Tamengo - remoção de rochas submersas ou aflorantes, por meio de fragmentação ou implosão, para permitir a passagem das embarcações. Mas surge uma questão: o derrocamento ocorrerá apenas no canal do Tamengo? Segundo o contrato, não há previsão para outras áreas. No entanto, "não previsto" não significa "proibido", tanto no tramo norte quanto no tramo sul da concessão. Há ainda os chamados passos críticos, que são trechos que dificultam a navegação, como: barras arenosas; afloramentos rochosos; curvas acentuadas; estreitamento do canal;

presença de troncos e outros obstáculos. No tramo sul, segundo a Marinha, foram identificados 17 pontos críticos. No tramo norte, 36. Ao todo, são 53 pontos ao longo do rio Paraguai, em território brasileiro, sujeitos a possíveis intervenções. Contudo, não está claro nos documentos qual será a intervenção específica em cada um desses pontos. Sabe-se apenas que poderão ocorrer intervenções, sem detalhamento técnico. Essas questões nos preocupam profundamente. Muito se fala hoje em conectividade, especialmente no contexto da COP. Trata-se de um conceito já consolidado na Ecologia e na Geografia há mais de 30 anos. Gostaria de destacar, em particular, a 'conectividade lateral', que ocorre durante o pulso de inundação. Nesse processo, o rio extravasa suas margens e atinge a planície, promovendo a dispersão de nutrientes, o que sustenta a fauna e a flora do Pantanal. Esse pulso — caracterizado pelo ciclo sazonal de cheia e seca — permite que a água permaneça temporariamente na planície antes de escoar gradualmente, conforme a dinâmica natural do bioma. E o que as dragagens provocam? Ao aprofundar o leito do rio, aumentam a vazão da água. Com isso, o fluxo se torna mais rápido e concentrado, dificultando o extravasamento para a planície. Consequentemente, há impacto direto sobre o pulso de inundação. Retomando o ponto inicial: o projeto exige calados de 2 a 3 metros. No entanto, sabemos que, em muitos períodos, o rio Paraguai apresenta profundidade próxima a 2 metros — especialmente nas estações secas. Os impactos das dragagens, portanto, incluem: alteração da conectividade hidrológica; prejuízos à fauna (peixes, aves e outros organismos); impactos diretos às comunidades que dependem da pesca; ressuspensão de sedimentos, que pode comprometer a qualidade da água. Ou seja, a remobilização de sedimentos pode trazer à superfície materiais antes depositados no fundo do rio, com consequências ainda pouco dimensionadas. Vale destacar que não estamos falando de uma dragagem em um ponto localizado; são diversos pontos críticos em que podem ocorrer dragagens, causando um efeito cumulativo em toda a bacia. Sobre os derrocamentos, que são as remoções de rochas: o rio Paraguai tem alguns trechos mais estreitos, que chamamos de gargalos (*bottlenecks*), e eles ajudam a regular o pulso de inundação. Quem trabalha com o Pantanal já deve ter ouvido falar — e já sabe — que o pulso de inundação não é igual em toda a planície. Ele começa no norte e vai avançando aos poucos até chegar ao Pantanal Sul, e boa parte disso ocorre por conta desses *bottlenecks*, desse represamento dos rios causado por esses estreitamentos dos canais. Isso contribui também para o efeito de remanso do rio; por isso, são muito importantes esses afloramentos rochosos. Então, à conclusão a que chegamos, ao analisar os documentos — pelo menos aqueles a que tivemos acesso até o momento —, é que faltam estudos. Os modelos apresentados nos contratos e nos estudos de viabilidade não incluem previsões climáticas, e já sabemos que o Pantanal vem perdendo água. Também não incluem a questão do pulso de inundação nem a conectividade com a planície; portanto, trata-se de uma modelagem insuficiente. Não há dados primários. Nossos dados sedimentológicos — sobre o quanto sai do planalto e chega à planície — são muito antigos, da época do PCBAP. Não temos dados coletados *in situ*; não há esses dados primários para afirmar quanto sai e quanto chega dos planaltos. Além disso, temos intervenções nos planaltos, e esses dados são anteriores à barragem de Manso, do ano 2000. Muita coisa já aconteceu: impactos nos planaltos decorrentes da agropecuária, da mineração, de hidrelétricas já implantadas e de dezenas

de outras previstas, que podem impactar e reter ainda mais sedimentos. Portanto, seria necessário um estudo bem abrangente, envolvendo toda a planície e toda a bacia, já que estamos falando de um sistema — e não apenas de um trecho do rio. Além disso, não ficou claro, nessas modelagens, o tipo de leito considerado. O rio Paraguai é dinâmico: sofre erosão, apresenta assoreamento. E eles consideraram um leito fixo. Acredito que esses modelos precisam ser refeitos. Consta ainda nos contratos que podem ocorrer duas frentes de dragagem: além da concessionária, também a do poder público, por meio do Programa Nacional de Dragagem. Outra questão que trago — e que, na nossa visão, é muito importante — refere-se ao Comitê de Dragagem. Existe um comitê que inclui principalmente órgãos reguladores ligados à operação da hidrovia, como a Antaq; porém, não inclui pesquisadores, instituições científicas, comunidades locais e outros representantes que possam opinar nessas obras e intervenções. Assim, o processo tende a se concentrar em interesses operacionais. As equipes já vêm acompanhando a questão da hidrovia; já participamos de outras audiências e já tentamos contato com a Antaq para obter respostas a algumas perguntas. Vários cientistas também já escreveram artigos sobre os impactos da hidrovia, tanto no tramo norte quanto no tramo sul. Bom. É isso. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Vamos ouvir agora o senhor Gustavo Figueirôa.

SENHOR GUSTAVO FIGUEIRÔA (diretor do Instituto SOS Pantanal) — Muito obrigado, deputado. Primeiramente, gostaria de agradecer a Vossa Excelência por ter aberto este espaço para tratar de um assunto tão importante, durante um evento internacional que está acontecendo aqui no Brasil e que está chamando a atenção do mundo inteiro para o Pantanal — especificamente, não só para as espécies migratórias de diversas regiões, mas destacando o Pantanal como um grande "aeroporto" de espécies, com destinos nacionais e internacionais. E não há como falar do Pantanal sem abordar este tema: a hidrovia. Trata-se de um assunto recorrente há décadas — muitos dos presentes sabem disso —, um tema que vai e volta ao debate público, mas que, neste momento, parece ganhar maior pressão, com encaminhamentos mais avançados para a concessão. Enquanto instituição, o SOS Pantanal deixa claro, em sua missão, que é favorável ao desenvolvimento sustentável do bioma. No entanto, o termo "sustentável" tem sido amplamente utilizado, muitas vezes de forma indevida. Quando falamos em sustentabilidade, referimo-nos a um desenvolvimento de longo prazo, que não gere impactos negativos irreversíveis e que seja capaz de manter seus benefícios ao longo do tempo. A proposta da hidrovia, por si só, já suscita preocupações relevantes. O Pantanal vem passando por um processo de redução hídrica nas últimas décadas. Dados do MapBiomas, divulgados em novembro do ano passado durante a COP do Clima, indicam que o Pantanal foi o bioma brasileiro que mais perdeu superfície de água nos últimos 40 anos. De 1985 a 1994 — primeiro período analisado — o Pantanal possuía cerca de 1,6 milhão de hectares de áreas permanentemente alagadas. Já no período de 2015 a 2024, essa área foi reduzida para aproximadamente 460 mil hectares — representando uma queda de cerca de 75%. Trata-se de uma redução expressiva em um bioma cuja dinâmica

ecológica depende diretamente da água. O rio Paraguai, principal eixo hidrológico da região, é responsável por regular o pulso de inundação. Dessa forma, qualquer intervenção nesse rio — especialmente no contexto de uma hidrovía — exige um nível elevado de cautela. O meio ambiente precisa estar em primeiro plano, pois é ele que sustenta não apenas o bioma, mas também as atividades econômicas. Sem equilíbrio ambiental, não há viabilidade econômica. A exposição feita pela Stefania foi extremamente pertinente. O SOS Pantanal atua com base em dados científicos, evidências técnicas e na escuta das populações locais. O levantamento apresentado sobre o contrato e os riscos associados à proposta atual da hidrovía é motivo de preocupação. Não se trata de uma única intervenção isolada, mas de um conjunto de ações cumulativas que, somadas, podem gerar impactos significativos. A aceleração do fluxo do rio — que, por natureza, é lento — compromete o pulso de inundação, elemento essencial para a manutenção da biodiversidade. É justamente essa dinâmica que torna o Pantanal um dos maiores berços de biodiversidade do planeta e um destino de relevância internacional. Para concluir, reforço que o desenvolvimento precisa estar em equilíbrio com o bioma. As populações tradicionais pantaneiras — assim como os povos originários — aprenderam, ao longo de séculos, a se adaptar ao Pantanal, respeitando sua dinâmica natural. Talvez esse seja o princípio que devemos seguir: adaptar nossas ações ao bioma, e não o contrário. O Pantanal ainda preserva cerca de 84% de sua vegetação nativa. Para que continue sendo esse patrimônio natural, é essencial mantermos essa lógica, em que o bioma orienta as decisões, em que o bioma dá a última palavra. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado, Gustavo. Passo agora a palavra à doutora Luciana Leite.

SENHORA LUCIANA LEITE (representante da Environmental Justice Foundation no Brasil) — Boa tarde! Inicialmente, agradeço a Vossa Excelência, deputado Pedro Kemp, pela realização desta audiência e pela acolhida nesta Casa Legislativa. Aproveito para saudar também a senadora Soraya Thronicke e a deputada federal Camila Jara, que, apesar de não poderem estar aqui conosco hoje por estarem em Brasília, apoiaram a realização desta audiência pública, entendendo que realmente precisamos desse espaço para ampliar, ao menos, o debate, já que ele tem acontecido, até então, com pouca participação social e popular. Eu começo ecoando um pouco o que foi dito pelo deputado e pelo Gustavo sobre este momento simbólico de Campo Grande estar sediando a COP15, que trata das espécies migratórias. E acho que, mais do que isso, é importante saber que um dos temas principais discutidos na agenda deste ano — este encontro que acontece a cada dois anos, em diferentes locais do mundo — é a *infraestrutura amigável da biodiversidade*. Então, como conseguimos conciliar obras de infraestrutura com a manutenção desses grandes corredores ecológicos, dessas áreas importantes para espécies migratórias — e também residentes —, para tantos povos, para nós, que, apesar de distantes, também sentimos os impactos quando os incêndios acontecem, quando as secas acontecem? Eu também queria ecoar o que o deputado falou com relação a essa incansável batalha pela proteção do Pantanal. E vou compartilhar um pouco da minha

história pessoal. Eu não sou originalmente de Mato Grosso do Sul; venho da Bahia, estou aqui há menos de cinco anos, e já enfrentamos o avanço da soja na planície, a chegada do desmatamento químico, acontecendo pela primeira vez no Pantanal. Tivemos, recentemente, um escândalo em Bodoquena, com uma série de autorizações de supressão de desmatamento — milhares de hectares — sem nenhum estudo prévio e técnico. O impacto das rodovias que vêm sendo abertas e asfaltadas, sem qualquer passagem de fauna, sem medidas de mitigação para colisão veicular com animais. E é importante lembrar que, para o Pantanal, para a biodiversidade, todos esses impactos são sinérgicos. Nós trabalhamos cada um deles, nas nossas campanhas e nos nossos estudos técnicos, de maneira isolada; mas a fauna, o Pantanal, a flora, o pulso d'água estão recebendo todos esses impactos ao mesmo tempo — e, por isso, hoje temos um bioma tão fragilizado. Diante de tudo isso, eu quero saudar os meus colegas de profissão. Vejo aqui, nesta Casa, representantes dos movimentos sociais e populares, as comunidades que estão sendo afetadas, mas também muitos pesquisadores de espécies ameaçadas, de espécies que sabemos que estão enfrentando declínio populacional, mesmo neste local que é considerado um grande refúgio da vida silvestre. E, com muita tristeza, percebo que ainda não temos uma representação do Ministério do Meio Ambiente aqui na Casa, apesar de ter recebido a notícia de que estariam a caminho. Mas também saúdo, antecipadamente, a chegada deles, sabendo que são, talvez, os mensageiros — e que a minha fala não seja um ataque aos mensageiros, mas ao grande problema que o Governo Federal, juntamente com os governos estaduais, está colocando, mais uma vez, para o Pantanal e para todos nós que lutamos pela sua defesa. Acho importante dizer que, quando conseguimos espaços — cada vez mais raros — como este, de oitiva popular, de discussão e debate, nós, que temos a oportunidade de fala, também temos uma responsabilidade muito grande, porque falamos em nome de diversas instituições, manifestamos diversos anseios e angústias, falamos em nome de pessoas e comunidades que estão revoltadas com essa obra, mas que ainda não encontraram espaço de fala. Acho que precisamos fazer um debate franco sobre o que está acontecendo. A Stefania já colocou aqui sua visão bastante técnica, que já ajuda a nivelar o conhecimento de todos sobre o tamanho do desafio que temos pela frente. Vou fazer uma contextualização política do que está acontecendo e propor a seguinte reflexão: tudo o que está acontecendo atende aos interesses de quem? Essa obra é para quem? Para a biodiversidade, sabemos que não é. Para as comunidades que moram lá, sabemos que não é. Aliás, todas elas se opõem a essa obra. Para a comunidade técnico-científica, trata-se de um absurdo já publicado em jornais científicos do mundo todo. E começo falando do que vimos acontecer no mês passado. Não sei o quanto vocês sabem sobre essa hidrovía, mas ela fazia parte de um pacote anunciado de cinco hidrovias no Brasil, a maioria delas na Amazônia. Mês passado os povos indígenas da região do Tapajós fizeram um grande protesto, fazendo com que o Governo Federal suspendesse as obras das hidrovias planejadas para a Amazônia — menos a hidrovía Paraná–Paraguai, que vai impactar o nosso Pantanal. Acho importante pensarmos que essas hidrovias têm algo em comum: elas estão servindo às indústrias, estão sendo utilizadas para o escoamento de commodities, enfim. Quando observamos o caso do rio Tapajós, por exemplo, entendemos que o principal beneficiário foi a expansão logística do agronegócio, liderada por grandes

empresas interessadas no escoamento de grãos. É importante destacar — como já mencionado pelo Gustavo — que não se trata mais de uma dicotomia entre desenvolvimento e conservação. Estamos falando da preservação de um território que é, ao mesmo tempo, celeiro de prosperidade econômica e patrimônio ambiental de valor inestimável: o Pantanal. A questão central é: como conciliar esses interesses? Temos buscado superar essa falsa oposição, mas corremos o risco de cair em discursos vazios de sustentabilidade, quando, na prática, a proteção não se concretiza. Atualmente, o Brasil se projeta internacionalmente como uma liderança ambiental. No entanto, é fundamental que haja coerência entre discurso e prática. Obras como essa hidrovía não condizem com o posicionamento que o país apresenta ao mundo. O maior teste dessa coerência está acontecendo agora, durante a COP15, aqui em Campo Grande, a poucos quilômetros do Pantanal. Enquanto delegações internacionais discutem infraestrutura sustentável, avançamos internamente com um projeto que pode comprometer a biodiversidade e afetar uma das principais rotas migratórias do planeta. Se, no caso do Tapajós, o foco foi o escoamento de grãos, na hidrovía proposta para o rio Paraguai o objetivo é o transporte de grandes volumes de minério, especialmente de Corumbá. Inclusive, há representantes da região que já vivenciam os impactos do aumento superior a 600% na produção mineral. Com a hidrovía, esses impactos tendem a se expandir por todo o Pantanal. É importante esclarecer que esse projeto não é abstrato. Ele já está em curso e sendo financiado. Para ilustrar: o BNDES aprovou, no final do ano passado, um financiamento de aproximadamente 3,7 bilhões de reais, por meio do Fundo da Marinha Mercante, destinado à construção de cerca de 400 balsas e 15 empurradores, voltados ao transporte de minério de ferro e manganês extraídos de Corumbá. Ou seja, estamos falando de uma infraestrutura já em implantação. Chama atenção o fato de que esse montante é equivalente, aproximadamente, à soma dos orçamentos anuais do Ibama e do CNPq — instituições essenciais para a proteção ambiental e a produção científica no país. Trata-se de uma obra e de um orçamento que não atendem aos anseios populares e que custam muito mais do que tudo o que defendemos e buscamos. Vale destacar que este Governo fez uma reestruturação das instituições ambientais. Mas o que está sendo feito ainda é muito inferior ao orçamento necessário para obras como essas. E nota-se que as pessoas não são favoráveis à obras, pois elas vão servir aos interesses de indústrias específicas. E os valores ainda giram na casa de 4 bilhões de reais, somente para construção de balsas e empurradores. E esse investimento apoia a LHG Logística, braço da LHG Mining, que pertence ao grupo J&F, o mesmo controlador da JBS. Portanto, trata-se de um conjunto de atividades interligadas, que também impactam outras dinâmicas do Pantanal, como a expansão da pecuária. Esse é outro ponto sensível, especialmente no que se refere à necessidade de respeito aos modos tradicionais de produção. O objetivo da hidrovía é explícito: eliminar gargalos logísticos e ampliar a capacidade de exportação mineral. Dessa forma, não estamos diante de uma proposta em debate, mas de uma cadeia estruturada de investimentos, financiada com recursos públicos, voltada à intensificação da exploração mineral no coração do Pantanal. Mais do que o volume de recursos, chama atenção a prioridade que essa política revela. Quando comparamos esses investimentos com os orçamentos de órgãos fundamentais, como o Ibama e o CNPq, torna-se inevitável questionar: a quem serve esse

modelo de desenvolvimento? E, ao trazer esse contexto político, é importante lembrar que essa discussão se torna ainda mais sensível diante de denúncias recentes envolvendo o grupo J&F, controlador da LHG Mining, que está envolvida em escândalos recentes, com suspeitas de transações financeiras destinadas a familiares de parlamentares extremamente influentes no país. É impossível estarmos nesta Casa hoje e não mencionarmos esse fato. Ainda que os casos estejam em apuração, eles reforçam um alerta já conhecido no Brasil: frequentemente, grandes projetos de infraestrutura avançam em contextos nos quais os limites entre o interesse público e o interesse privado tornam-se perigosamente difusos. Para mim — e acredito que para a maioria das pessoas aqui presentes —, transformar um rio natural em um canal de navegação comercial exigirá intervenções profundas. Essas alterações não apenas simplificam o curso do rio, mas modificam o funcionamento essencial de todo um bioma. Como já foi dito, e faço questão de reforçar, os rios não são estruturas estáticas; são sistemas vivos, dinâmicos. Aprofundar canais, acelerar o fluxo da água, encurtar o tempo e a extensão das cheias — ou seja, alterar o pulso hidrológico que regula o Pantanal — pode ter efeitos catastróficos e irreversíveis. Diante disso, cabe perguntar: onde está o princípio da precaução? Onde está a base técnico-científica que, em tese, deveria orientar as decisões governamentais? Há ainda um paradoxo nesses projetos: embora a dragagem aprofunde determinados trechos do rio, o aumento da velocidade da água provoca erosão das margens a montante. Com isso, gera-se um ciclo contínuo de assoreamento, que exige novas dragagens sucessivas. Ou seja, cria-se um problema permanente. Sob essa perspectiva, trata-se de uma obra que não se sustenta sequer do ponto de vista técnico e estrutural. Diante desses riscos, cresce a mobilização da comunidade científica e da sociedade civil. Gostaríamos de aproveitar este espaço para entregar uma carta, construída coletivamente, que já conta com a assinatura de mais de cento e cinquenta organizações e pesquisadores. Esse documento alerta publicamente para os impactos ecológicos e sociais da hidrovia. Fazemos, portanto, um apelo ao Governo Federal e às representações estaduais: na Amazônia, vimos recentemente que mobilizações semelhantes foram ouvidas, e projetos de hidrovias e concessões foram suspensos. O Pantanal, embora seja um dos menores biomas brasileiros, é extremamente vulnerável, especialmente em razão de sua dependência do pulso das águas. Não podemos permitir que essas vozes sejam ignoradas. As decisões sobre infraestrutura não são neutras, tampouco meramente técnicas. Elas têm o poder de redesenhar paisagens de forma profunda, perigosa e, muitas vezes, irreversível. Quando bilhões são mobilizados para acelerar cadeias de exportação, a proteção ambiental e a ciência acabam enfrentando limitações estruturais. Essa escolha está sendo feita neste momento pelos governos — e nós pedimos que ela seja revista. Defendemos o cancelamento dessa concessão, pois ela não atende aos interesses do Pantanal, nem das populações que lá vivem, tampouco da biodiversidade já ameaçada. Por fim, gostaria de mencionar algo que me tocou: ao ouvir o Hino de Mato Grosso do Sul, mesmo não sendo ainda tão familiarizada com ele, percebi o apelo para que o "celeiro de fartura" seja protegido e preservado, assim como o esplendor do Pantanal. Que o Estado se una ao Governo Federal nessa defesa, afirmando que a preservação do Pantanal é prioridade — pois o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RIOS QUE CONECTAM, OBRAS QUE FRAGMENTAM
REALIZADA EM 24/03/2026**

Pantanal não é apenas uma rota logística, mas um bioma que precisa ser protegido e recuperado. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito obrigado, Luciana. Quero lembrar que as pessoas que quiserem fazer uso da palavra podem ao Cerimonial que as inscreva.

SENHOR MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA (procurador da República do MPF/MS) — Em primeiro lugar, boa tarde a todas as pessoas! Gostaria, copiando a doutora Luciana, de agradecer ao deputado Pedro Kemp, à deputada federal Camila Jara e à senadora Soraya Thronicke, que organizaram este evento — e como já colocado — importantíssimo, para que possamos trazer luz a este tema. Creio que todos nós queremos, especialmente em uma época de tantas *fake news*, que o debate ocorra, para que a verdade possa emergir. Então, igualmente copiando a doutora Luciana, se me permite, vou também citar o Hino de Mato Grosso do Sul, que fala do esplendor do Pantanal, dos teus rios, tão ricos que não há igual. E é justamente esse o ponto. Todos nós queremos preservar nossas riquezas, para que, daqui a vinte, quarenta, sessenta anos, possamos ver aquelas mesmas imagens que foram mostradas aqui, da mesma forma. Creio que a doutora Stefania já colocou, de maneira muito técnica, as ameaças existentes; mas talvez uma questão óbvia não tenha sido posta: a hidrovía já existe. O que estamos apontando é que não há como alterar algo que já existe — e que traz benefícios econômicos para várias empresas, para o turismo, para os pescadores — para algo que seja insustentável, apenas para beneficiar uma determinada empresa. Esse é o ponto. Aqui não me parece que haja o que sempre é colocado para as pessoas que lidam com a questão ambiental: esse dilema, essa "escolha de Sofia" — desenvolvimento ou conservação. Nesse caso, no Pantanal, esse dilema simplesmente não existe. As atividades econômicas já existem há gerações. Eu fui oficial da Marinha, naveguei muito por aqui, pelo rio Paraguai. Então, não há uma oposição entre desenvolvimento e conservação. O que há é, efetivamente, a necessidade de algo que não sacrifique, de forma insustentável, um bioma tão sensível quanto o Pantanal, em favor de uma empresa que, obviamente, vai lucrar e, como toda empresa, pode deixar de existir daqui a dez, quinze, vinte ou cinquenta anos. Voltando agora à COP15: eu estava no evento — acho que o Gustavo também estava —, e, na fala final, houve essa conexão com a COP30, que ocorrerá em Belém; com a COP15, que está acontecendo agora em Mato Grosso do Sul; e com a COP17, que ocorrerá no final do ano. A COP30 trata de mudanças climáticas; a COP15, de espécies migratórias; e a COP17, de biodiversidade. Talvez não haja exemplo mais claro de como essas COPs se conectam em um bioma. Temos o avanço da soja no planalto pantaneiro, fazendo com que tenhamos mudanças climáticas severas: mudanças no regime de chuvas, na quantidade de áreas inundadas do Pantanal. Temos, igualmente, a afetação das espécies migratórias — ou seja, elas também estão sendo impactadas, porque não há espécie migratória sem o bioma. Essa conexão é absolutamente indissociável. Não há como existir espécie migratória sem o bioma. Como disse anteriormente a doutora Luciana, as espécies necessitam de espaços protegidos para que possam transitar. Sem esses espaços protegidos, não há como se falar

em espécies migratórias. E, obviamente, a diversidade — e aqui a COP17 trata não apenas da diversidade de animais, mas também da diversidade humana, ou seja, da proteção da sociobiodiversidade dos povos e comunidades tradicionais, dos povos indígenas. Tudo isso está, de forma evidente, presente no Pantanal, e, como apontado nas apresentações anteriores, encontra-se ameaçado. Nós temos esse pulso de inundação — e, sem o pulso de inundação, sem a lentidão natural do escoamento das águas, não há Pantanal. Simplesmente não há Pantanal. E o que está sendo proposto caminha exatamente na direção oposta ao que temos observado, inclusive no cenário internacional. Aqueles que estiveram na COP15 puderam acompanhar, por exemplo, a chamada "Noite dos Campeões", na qual foram apresentados diversos projetos capazes de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação de espécies migratórias. Recordo-me de um caso na Austrália, salvo engano, envolvendo usinas eólicas, em que houve um arranjo técnico para evitar impactos sobre espécies migratórias — especialmente cetáceos. Isso demonstra que é possível estruturar empreendimentos com responsabilidade ambiental. No entanto, no caso em discussão, como já mencionei anteriormente, estamos diante de uma proposta que se distancia desse modelo. Já existe, há gerações, uma utilização sustentável da hidrovia. O que se pretende agora é algo distinto, conduzido, em certa medida, sem o devido escrutínio técnico, resultando em um modelo potencialmente insustentável. Participei recentemente de uma audiência no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre hidrovias. Na ocasião, o setor econômico apresentou diversas demandas, mas também foi exposto um diagnóstico importante: há um processo de aceleração — ou mesmo de açodamento — nas etapas de concessão. O próprio TCU apontou que essas concessões vêm sendo estruturadas com base em informações socioambientais incompletas. E quais são as consequências disso? Posteriormente, na fase de licenciamento, surgem questionamentos judiciais, paralisações e custos adicionais para o empreendedor — situações que poderiam ser evitadas com um planejamento adequado. Nesse contexto, destaco a importância das *avaliações ambientais estratégicas*, tema que o Ministério Público Federal defende há bastante tempo. O próprio TCU reconhece que, especialmente no caso de hidrovias, essas avaliações devem ser realizadas previamente, para permitir a identificação antecipada dos riscos socioambientais. Entretanto, no caso concreto, isso não vem ocorrendo de forma satisfatória. Tanto é que foi necessário o ajuizamento de ação civil pública para garantir a realização de consulta às populações de Corumbá. A audiência pública havia sido realizada em Brasília — ou seja, distante do território diretamente impactado, em Mato Grosso do Sul. Isso evidencia uma falha básica: a ausência de escuta adequada das comunidades locais. Caminhando para o encerramento e dialogando com os que me antecederam, quero destacar que há uma multiplicidade de ameaças, que decorrem de um processo econômico e político de fragmentação do licenciamento ambiental. São empreendimentos claramente federais, que traz um escrutínio maior. Como exemplo, cito a proposta de construção de uma ponte sobre o rio São Lourenço, que impactará diretamente o coração do Pantanal e espécies migratórias. Ainda assim, esse empreendimento vem sendo tratado como algo de menor relevância. Trata-se, na verdade, de uma obra de caráter federal, com impactos interestaduais, e que, portanto, não deveria ser licenciada apenas por um estado; é um empreendimento que vai afetar uma região ampla, e ele está sendo rapidamente aprovado,

como se fosse algo menor. O próprio licenciamento da LHG — e isso é até interessante — prevê um acréscimo da produção para 50 milhões de toneladas, saindo de cerca de 6 milhões para 50 milhões. O que propusemos, em uma ação civil pública, foi que esse licenciamento fosse federal, porque é óbvio que essa quantidade absurda de minério será escoada pela hidrovia. É um licenciamento estadual, porque ele vai produzir — ao que parece — e estocar esse minério lá; vão fazer uma pilha gigantesca, como se, para o Estado, o escoamento dessa quantidade fosse irrelevante para o processo de licenciamento. E temos também a questão dos portos. Coincidentemente, eu estava, na semana passada, em um voo; e um empreendedor estava sentado na cadeira da frente. Então, não pude deixar de ouvir — também não sei se ele fez questão de ser ouvido — que comemorava a liberação de dois portos em Mato Grosso. E como esses portos também são liberados de forma estadual, sendo óbvio que isso acaba impactando de maneira muito significativa o próprio bioma do Pantanal. Porque, a partir do momento em que se tem uma forma de escoamento mais barata, altera-se toda a dinâmica econômica. Basta observar: hoje, o valor da soja — pelo que vi ontem — está entre 130 e 150 reais; em Mato Grosso, está em torno de 100 reais. E por que está mais baixo? Por conta do frete. Então, a partir do momento em que se tem um porto, se eleva esse custo; e, ao aumentar o preço da saca, incentiva-se mais pessoas a produzirem soja, inclusive no planalto pantaneiro. Portanto, não há como dissociar esses impactos — e isso ameaça de forma muito intensa o nosso bioma. Para encerrar, trago aqui duas questões. A primeira: hoje, no evento, houve uma pergunta "sobre se esse ciclo de secas no Pantanal decorre de um quadro de emergência climática ou se é apenas um ciclo histórico". Parece-me evidente que se trata de um quadro de emergência climática. Por mais que se tente adotar uma postura negacionista, isso está muito claro. Trago isso porque, em uma audiência do TCU, foi citado o exemplo da hidrovia Mississippi–Missouri, frequentemente apresentado como uma panaceia, como a maior hidrovia do mundo. No entanto, aquela hidrovia enfrentou secas recentes — em 2022 e 2024 — que praticamente inviabilizaram o transporte de grãos norte-americanos, provocando uma reação em cadeia, com elevação dos custos de frete. Ou seja, mesmo um sistema considerado "perfeito" por especialistas não resiste ao quadro atual de emergência climática — que, aliás, também é desconsiderado no processo de concessão. Se analisarmos os estudos, qualquer pessoa pode verificar: não há sequer uma linha sobre emergência climática. E, encerrando, trago mais um ponto, e esse parece propaganda enganosa, definitivamente. Recentemente, tivemos a aprovação da Opinião Consultiva nº 32/2025 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Essa opinião estabelece o chamado dever de diligência reforçada, que impõe aos estados a obrigação de prevenir danos ambientais diante da crise climática. Portanto, é fundamental que os estados — e aqui saúdo a chegada do presidente do Ibama — cumpram esse dever. E parece-me que esse dever de diligência reforçada não vem sendo observado pelo próprio Governo brasileiro, ao permitir o avanço dessa concessão. Trata-se de um requisito essencial, que, no entanto, não está sendo devidamente considerado. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Agradeço, doutor Marco Antônio. Passo a palavra, agora, à doutora Débora Fernandes.

SENHORA DÉBORA FERNANDES CALHEIROS (pesquisadora da Embrapa) — Boa tarde! Agradeço ao senhor, deputado Pedro Kemp, por trazer a esta Casa este tema. Quero cumprimentar, em nome do deputado, a Assembleia Legislativa. Cumprimento também o presidente do Ibama e os representantes da sociedade civil. Eu acompanho discussões relativas a este tema há 36 anos. Como se pode notar, o tempo já se reflete nos meus cabelos brancos. Refiro-me à Hidrovia Paraguai–Paraná, que se estende de Cáceres, no Brasil, até Nova Palmira, no Uruguai, envolvendo ainda o compartilhamento com a Bolívia e o Paraguai. Na década de 1990, consolidou-se um princípio fundamental: as embarcações devem se adaptar ao rio, e não o rio às embarcações. Esse é um conceito que precisa ser permanentemente reafirmado. A hidrovia, como já mencionado pelo doutor Marco Antônio, não é uma novidade — ela existe historicamente. No tramo sul, entre Corumbá e Porto Murtinho, já há navegação de grande porte, especialmente voltada ao transporte de minério. Entretanto, essa navegação sempre respeitou o regime hidrológico, especialmente o período de seca. O que se pretende atualmente, com o aumento expressivo da produção, é viabilizar a navegação durante os 365 dias do ano, o que é inadequado. Não é possível manter a navegação durante a estiagem com embarcações maiores, de maior calado e mais carregadas, sem recorrer a intervenções significativas, como as chamadas dragagens de aprofundamento. No tramo norte, entre Cáceres e Corumbá, realizam-se dragagens anuais, mas estas são de manutenção — consistem na remoção de bancos de areia formados ao longo do tempo, com deposição lateral do material, garantindo a navegabilidade para embarcações de pequeno e médio porte. Já no tramo sul, embora haja tradicionalmente navegação de grande porte, ela se dava com embarcações menores e motores de menor potência, em comparação com aqueles previstos nos atuais projetos financiados pelo BNDES, voltados à empresa LHG Mining. Além disso, havia o respeito ao ciclo natural do rio, especialmente aos períodos de seca. Atualmente, o rio Paraguai vem sendo tratado como um gargalo logístico. No entanto, trata-se, em seu estado natural, de uma das melhores hidrovias do mundo: por cerca de oito meses ao ano, é plenamente navegável, desde que se respeitem suas características naturais. O que se observa, contudo, é uma pressão crescente por ampliação contínua da capacidade de transporte, com foco predominantemente econômico. Por fim, destaco que, embora tenha preparado uma apresentação mais extensa, farei um recorte. Sou originalmente pesquisadora da Embrapa Pantanal, mas atualmente estou cedida ao Ministério Público Federal em Corumbá. Ao analisarmos a bacia como um todo — a Bacia do Alto Paraguai —, observamos uma dinâmica complexa de distribuição de chuvas, com áreas de maior intensidade pluviométrica e um sistema compartilhado internacionalmente com Paraguai e Bolívia. O Pantanal, inserido nesse contexto, depende diretamente desse equilíbrio hidrológico. Peço que vocês acompanhem os eslaides. Olhem aquele “buraquinho” ali. Aqui mostra onde houve a junção — ela apresenta uma certa lentidão. A parte branca é a área do planalto, onde estão as nascentes dos rios que formam a grande planície pantaneira, sendo o rio Paraguai o que drena todo esse sistema. Aqui estão as regiões em que chove mais e que são influenciadas pela umidade que vem da Amazônia. Então, se queremos manter o sistema Pantanal como um sistema com capacidade de garantir a conservação de espécies migratórias, temos que conservar a bacia

como um todo. Eu trabalho com bacias hidrográficas, com a conservação de bacias hidrográficas. Portanto, precisamos pensar em conservar, como os colegas já disseram, tanto as partes altas — as nascentes — quanto a planície. Assim, para conservarmos o Pantanal como um grande bioma de espécies migratórias, temos que conservar a bacia como um todo, inclusive a questão da pluviosidade. Aqui, temos as águas subterrâneas — exatamente nas áreas onde há maior uso agrícola —, os aquíferos. Cerca de 75% da água do sistema vem da parte alta, principalmente dessas sub-bacias. Aqui, a grande Bacia do Prata — Paraguai, Paraná, até Buenos Aires —, mostrando como o que acontece no planalto se reflete na planície. Portanto, temos a importância do pulso de inundação, como os colegas colocaram; a importância de respeitar a dinâmica das águas, a fase terrestre e a fase aquática, que garantem essa riqueza ecológica, biológica e biogeoquímica, sustentando as populações tradicionais, os povos indígenas, a pecuária tradicional, os pescadores e também as áreas urbanas. Aqui, por exemplo, a grande cheia de 1995, que foi a terceira maior cheia do século, formando um grande "mar". Aqui, o rio Negro. E aqui, as espécies — muitas delas migratórias — que têm grande parte de suas populações conservadas no Bioma Pantanal, embora estejam ameaçadas em outros biomas do Brasil. Destaco também a ariranha, como uma espécie que pode ser sentinela da conservação ambiental do bioma. Aqui, apenas para termos uma ideia de como está a cobertura vegetal: vemos que o planalto circundante está bastante impactado; em amarelo, as áreas mais degradadas; e, em verde, a planície, que vem sofrendo um processo de interiorização do desmatamento. Em 2012, tínhamos cerca de 60% de cobertura natural e 37% de áreas antrópicas; hoje, temos aproximadamente 58% e 40%, respectivamente — e em crescimento. Aqui, a degradação dos rios que formam o Pantanal: assoreamento, desmatamento, plantio, inclusive em áreas de preservação permanente, principalmente nas nascentes. A soja — vocês podem observar — cerca o Pantanal no planalto. Erosão causada pela pecuária. Mau uso do solo, inclusive em áreas de pastagem no Mato Grosso. A expansão da soja, com casos de devastação total. Mais erosão. E aqui, um dado importante: Mato Grosso do Sul, embora com a nova legislação isso possa ter mudado, vinha ampliando significativamente o licenciamento para desmatamento e substituição de pastagem nativa, inclusive na própria planície. Bem, eu trabalho com a questão de conservação da bacia, conseguimos avanços importantes no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, responsável por articular a implementação da Convenção de Ramsar, da qual o Brasil é signatário. Nesse contexto, foi possível aprovar recomendações relevantes, tanto para a contenção da expansão da geração de energia hidrelétrica — que também representa um problema na bacia — quanto para a valorização da produção pesqueira como indicador ambiental. A produção pesqueira deve ser compreendida como um sinal de alerta sobre o funcionamento do sistema. Espécies como o pintado, por exemplo, são migratórias e dependem diretamente da integridade do ciclo hidrológico. Além disso, a pesca sustenta a cadeia alimentar de diversas espécies, incluindo aves e até grandes predadores, como a onça-pintada, que, na região de Taiamã — cuja estação ecológica teve recentemente sua área ampliada — apresenta comportamento pescador de forma recorrente. Ademais, a economia de grande parte dos municípios da região está diretamente vinculada à pesca. Portanto, é fundamental compreender a produção pesqueira como elemento central —

ecológico, social e econômico —, o que exige a conservação integrada do sistema planalto-planície. Estudos da Universidade de Brasília já demonstraram a relevância social e econômica da pesca em diferentes níveis, reforçando a necessidade de sua proteção. Outro avanço importante foi a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Alto Paraguai, concluído em 2013, com o objetivo de orientar a conservação dos recursos hídricos, do bioma e das interrelações ecológicas, inclusive envolvendo espécies migratórias. Esse plano, deputado, precisa ser retomado. Trata-se de uma política pública federal que se encontra paralisada desde 2020, apesar de ter sido formalmente aprovada em 2018, após amplo processo de consulta, estudos e articulação institucional, com participação da Agência Nacional de Águas (ANA) e coordenação técnico-científica da Embrapa Pantanal, envolvendo cerca de 80 pesquisadores de todo o país. Atualmente, o plano encontra-se sem implementação no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional — hoje responsável pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Sua retomada é essencial para garantir a conservação efetiva da bacia. Ainda no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, em 2018, foi possível aprovar recomendação no sentido de que o chamado tramo norte do rio Paraguai não seja destinado à navegação de grande porte — ou seja, à navegação industrial. Essa recomendação decorre da elevada sensibilidade ambiental da região, que concentra áreas protegidas estratégicas, como a Estação Ecológica de Taiamã, o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense e a Terra Indígena Guató. Historicamente, o tramo norte sempre foi considerado o trecho mais vulnerável, especialmente diante da pressão para expansão logística a partir dos portos de Mato Grosso. Atualmente, há novos empreendimentos portuários na região — alguns em fase de licenciamento, outros já com licenças concedidas —, o que intensifica a pressão para viabilizar a navegação até Corumbá. Embora a recomendação do Comitê não tenha força normativa vinculante, ela possui relevância política e técnica, por estar alinhada aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção de Ramsar. Por outro lado, no tramo sul, a navegação industrial sempre esteve mais presente. No entanto, historicamente, respeitou-se o regime hidrológico do rio — especialmente os períodos de seca. O cenário atual, contudo, aponta para uma tendência de expansão dessas atividades, com potencial de romper esse equilíbrio histórico. E como eu mencionei, sempre se respeitou essa dinâmica. Nós nunca imaginamos que haveria expansão da navegação industrial no tramo sul. A maior preocupação sempre foi o tramo norte, dada a sua fragilidade ambiental. Nós tivemos a aprovação do Plano de Recursos Hídricos, em 2018, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, além de uma resolução da Agência Nacional de Águas relativa às hidrelétricas. No entanto, infelizmente, esse plano não contemplou a questão da hidrovia, também por pressões políticas. Quanto aos demais impactos — como desmatamento, erosão, assoreamento e contaminação por agrotóxicos — não entrarei em detalhes neste momento, mas destaco que trabalho diretamente com essa temática. Todos os rios do Pantanal apresentam contaminação por diversos ingredientes ativos, e isso continua ocorrendo. Recentemente, o Ministério Público Federal, por meio do doutor Marco Antônio, ingressou com uma ação referente à contaminação por atrazina no bioma Pantanal, com base em dados científicos produzidos por pesquisadores. A hidrovia está prevista no PAC 3 do atual Governo; porém voltada à dragagem de

manutenção no tramo norte. Já a concessão à iniciativa privada tem como objetivo o lucro — e isso traz um elemento de imprevisibilidade ainda maior. As mudanças climáticas tornam os cenários hidrológicos cada vez mais incertos. Mesmo com os 126 anos de registros da régua de Ladário, não é mais possível basear previsões com segurança nesses dados históricos. Outro problema grave são os incêndios e a presença de espécies exóticas, tanto terrestres quanto aquáticas. Já temos, por exemplo, o pirarucu presente na bacia. Observamos também processos de dragagem, com remoção de sedimentos do fundo do rio, e desbarrancamento das margens — especialmente no tramo norte. Nesse trecho, o rio pode ter apenas 50 a 80 metros de largura, e ainda assim eram utilizados comboios de grande porte, o que agrava o impacto. Trata-se de um ambiente mais estreito e meândrico, o que justifica nossa preocupação histórica com essa região. O tramo sul, por sua vez, apresenta maior largura, mas enfrenta outra pressão relevante: a expansão das hidrelétricas, que afetam todos os rios formadores do Pantanal em suas nascentes. Um exemplo é a Usina de Manso, uma das maiores da região. Resultados de estudos conduzidos pela Embrapa Pantanal, em parceria com a UFMS, UFMT e UEMS, indicam áreas onde a instalação de hidrelétricas é possível e áreas onde deve ser evitada. Os rios que ainda permanecem livres de barragens precisam ser preservados dessa forma, para garantir a migração dos peixes, a dinâmica hidrológica do sistema e a saúde ambiental do Pantanal. Para a conservação de espécies migratórias, como o pintado, é fundamental respeitar esse zoneamento. As áreas indicadas em verde já possuem barragens, de modo que novos empreendimentos não alterariam a conectividade já comprometida. Já as áreas em vermelho correspondem a sub-bacias livres, onde não devem ser construídas novas barragens, justamente para preservar os processos ecológicos ainda intactos. Temos aqui também a questão dos incêndios. E aqui é o que eu queria mostrar: os cento e vinte e seis anos da régua de Ladário. Podemos ver que, na década de 1960, houve dez anos seguidos de seca. Naquele período, tratava-se de um fenômeno natural — não havia tanto desmatamento nem influência significativa de mudanças climáticas. Então, como uma empresa concessionária vai lidar com dez anos consecutivos de seca, por exemplo? Isso já aconteceu nos anos 1940, nos anos 1920 — embora não tenha durado tanto tempo —, mas houve, sim, períodos prolongados de estiagem. Esse foi, inclusive, um grande empecilho para o projeto de hidrovias nos anos 1990 e também nos anos 2000. Como eu disse, sempre participei desse processo. A questão, então, é: onde estará o lucro dessas possíveis concessionárias durante um período de dez anos de seca? Nos documentos — como a Stefania apontou —, consta que o custo será da União. Ou seja, se houver problemas, se forem necessárias dragagens, derrocagens ou se ocorrerem eventos climáticos adversos, os custos serão arcados pela União. Assim, torna-se mais fácil para a concessionária. E, para terminar, temos uma decisão do STJ quanto a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso — da qual também participei como assessora ambiental —, proposta à época pelo procurador Pedro Taques. Essa decisão, proferida mais de vinte anos depois, reconhece exatamente o que estamos discutindo aqui: que o impacto ambiental será regional, atingindo todo o Pantanal, que é patrimônio nacional, e que devem ser observados os princípios do direito ambiental, especialmente os princípios sistêmicos, que devem prevalecer em todas essas avaliações. E, aqui, em homenagem ao colega Ezeu,

menção um artigo recém-publicado — ainda "saindo do forno" — que aponta a necessidade de promover estratégias de conservação em toda a bacia, apoiadas em colaboração científica contínua entre Brasil, Bolívia e Paraguai. A integridade do ecossistema e a gestão de longo prazo em toda a Bacia do rio Paraguai dependem disso. Reforço, portanto, que precisamos conservar a bacia para conservar o bioma e as espécies migratórias. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado, doutora Débora. Agora, eu gostaria de registrar e agradecer a presença do senhor Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama. Convido-o para compor a Mesa. Agostinho, nós tivemos aqui várias participações, que nos deixaram bastante preocupados com a proposta da hidrovía nos rios Paraguai e Paraná, em nosso Pantanal. As colocações feitas — tanto do ponto de vista técnico quanto das preocupações ambientais e sociais — evidenciam os impactos que essa hidrovía pode causar em nosso bioma. Entendemos que esse debate precisa ser mais amplo, com a participação da sociedade. Há uma preocupação, especialmente, com as populações mais impactadas — ribeirinhos, pantaneiros, comunidades indígenas e a população de Corumbá e Ladário —, que não estão tendo a oportunidade de participar dessa discussão. Portanto, o objetivo desta audiência pública foi justamente dar conhecimento à sociedade sobre a proposta e, ao mesmo tempo, aprofundar as discussões que tanto nos preocupam. Assim, gostaria de passar a palavra a Vossa Excelência, para que também participe do nosso debate.

SENHOR RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (presidente do Ibama/MS) — Deputado Pedro Kemp, agradeço pelo convite. Cumprimento Vossa Excelência, as lideranças aqui presentes, a sociedade civil, o Ministério Público, as universidades e os pesquisadores. No Ibama, temos grande apreço e profunda preocupação com o Pantanal. Trata-se de um bioma extremamente sensível, que funciona como um verdadeiro sistema integrador dos demais biomas brasileiros. Costumo dizer que o Pantanal é como um "ralo" — no sentido de que recebe influências diversas e fundamentais para o seu equilíbrio. Ao norte, há forte influência do bioma amazônico: quando falta chuva na Amazônia, falta chuva no Pantanal. A leste, temos a influência do Cerrado; ao sul, da Mata Atlântica; no extremo oeste e sul, há influência do Chaco, especialmente na região de Porto Murtinho; e, ao noroeste, das florestas chiquitanas. Portanto, trata-se de um sistema complexo, altamente interdependente e sensível. Não é um bioma caracterizado por elevado grau de endemismo, mas isso não diminui sua relevância ecológica. Inclusive, há quem sustente que o IBGE poderia ter sido mais abrangente e incluído as cabeceiras do rio Paraguai como parte do bioma Pantanal. Atualmente, o Pantanal sofre intensamente com o assoreamento, decorrente do carreamento de sedimentos. Além das mudanças climáticas globais, enfrentamos também alterações regionais, especialmente em razão do desmatamento no entorno, que contribui para a redução da umidade e da disponibilidade hídrica no bioma. Os incêndios recentes ilustram bem essa situação. Embora o último ano tenha trazido algum alívio, os anos anteriores foram extremamente críticos. Acompanhei pessoalmente essas crises, e o Ibama

ampliou significativamente sua capacidade de resposta. Ainda assim, os desafios permanecem. Todas essas preocupações se somam às discussões sobre obras de infraestrutura. Historicamente, o Ibama não licencia hidrovias em rios de leito natural. O entendimento consolidado é de que estamos tratando de cursos d'água já existentes, não de empreendimentos que demandem, por si só, licenciamento. Assim, não se licencia o "canal natural" do rio. Por outro lado, são passíveis de licenciamento obras associadas, como portos, trapiches, ancoradouros, dragagens (remoção de sedimentos) e derrocagens (remoção de rochas). No caso específico do rio Paraguai, há uma licença de 1998 referente ao chamado tramo norte, voltada exclusivamente à manutenção. Trata-se de um processo complexo, que permanece ativo até hoje. Ele exige acompanhamento contínuo, com a apresentação anual de relatórios contendo informações sobre movimentação de sedimentos, destinação do material e monitoramento da qualidade da água. Recentemente, fomos surpreendidos pela aprovação da Lei nº 15.190, especialmente pelo seu artigo 8º, que dispensa o licenciamento ambiental para dragagens de manutenção. Trata-se de uma questão preocupante, pois, mesmo sendo atividades de manutenção, essas intervenções exigem rigor técnico: há períodos adequados para execução, critérios para destinação de sedimentos e cuidados indispensáveis para evitar impactos ambientais. Não se pode tratar esse tipo de intervenção de forma simplificada ou desordenada. É importante destacar que não apenas o Pantanal depende desse rio. estamos falando de toda a Bacia do Prata, um sistema hidrográfico de escala internacional. Portanto, trata-se de um tema extremamente sensível. Em relação ao tramo sul, até o momento não há pedido formal de licenciamento no Ibama. Contudo, sendo transparente, durante o período recente de estiagem, quando houve interrupção da navegação por barcas, o Dnit apresentou um pedido para realizar dragagens e derrocagens em situação emergencial, e o Ibama entendeu que não era cabível esse tipo de autorização. O Ibama não concedeu autorização para dragagens e obras, mesmo em caráter emergencial. Temos, inclusive, o entendimento de que, em situações verdadeiramente emergenciais, não se trata de licenciamento. Vou dar um exemplo: caiu uma ponte, é necessário reconstruí-la; não se fala em licenciamento — trata-se de uma passagem sobre um rio, uma situação que efetivamente causa o isolamento de determinada região. Não era esse o caso. Tratava-se, claramente, de um rio que perdeu volume em razão de condições climáticas, encontrando-se extremamente rebaixado. Ainda assim, houve um pedido do Dnit para um número muito grande de pontos de dragagem e derrocagem. O Ibama deixou muito claro ao Dnit, por meio de diversos ofícios, que não estavam presentes os requisitos necessários para caracterizar uma situação emergencial, inclusive para justificar contratações emergenciais destinadas à realização dessas intervenções. Portanto, não temos hoje um processo relativo ao tramo sul. Sabemos, contudo, que existe interesse real em ampliar o transporte de carga nesse trecho. O Ibama dispõe de um manual de licenciamento ambiental para esse tipo de obra. Assim, caso algum interessado ou empreendedor apresente um pedido nesse sentido, ele será analisado — naturalmente, respeitando-se o nosso Manual Metodológico de Licenciamento. O próprio Ibama também reconhece que se trata de um ambiente extremamente sensível, cuja capacidade de suporte não está plenamente definida. Não adianta pretendemos utilizar a hidrovia além daquilo que o ambiente é capaz de oferecer. Nesse contexto, também

deveríamos discutir outros modais logísticos, alguns dos quais, inclusive, foram abandonados, como o transporte ferroviário. O cenário ideal é que possamos utilizar mais de um modal, reduzindo a pressão sobre o sistema hidroviário. No mais, o que tenho a dizer é isso: o Ibama está à disposição. Recomendo a qualquer pessoa ou instituição aqui presente que se cadastre junto ao Ibama para ter acesso permanente a esses processos. Eles são públicos, e qualquer interessado pode acompanhá-los em tempo integral. O Ibama leva em consideração, nos processos de licenciamento, toda e qualquer manifestação da sociedade civil. Essas contribuições são incorporadas às análises no âmbito dos processos. Evidentemente, não se trata de algo simples, mas a instituição é bastante receptiva a esse tipo de participação. Por fim, agradeço novamente o convite e me coloco à disposição. Queremos contribuir também com a recuperação das cabeceiras. Independentemente da questão do licenciamento, é essencial garantir a vitalidade do bioma Pantanal. Já perdemos parte significativa da umidade e das condições que mantinham o equilíbrio ecológico do Pantanal. Observamos, por exemplo, que o preço das terras em Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, fora do Pantanal, aumentou significativamente, gerando uma pressão crescente pela ocupação de áreas dentro do bioma. Temos aprimorado nossa capacidade de fiscalização em todo o país. Realizamos recentemente concurso público, estamos utilizando mais tecnologia e conseguimos reduzir, de forma significativa, o desmatamento e a degradação, inclusive no Pantanal. Ainda assim, o cenário é preocupante. Há uma ocupação gradativa: à medida que o Pantanal se desidrata, torna-se mais suscetível ao uso agrícola. E, nesse processo, corremos o risco de perder, em cadeia, esse grande patrimônio da humanidade — a maior planície inundável do mundo — que, no Brasil, corresponde a cerca de 2% do território nacional. Basicamente, era isso. Contem com o Ibama. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Eu agradeço, de forma especial, a participação do presidente do Ibama, senhor Rodrigo Agostinho. Gostaríamos de contar com o Ibama para um olhar atento e prioritário com relação ao bioma Pantanal. Inclusive, já houve, em nosso estado, um movimento simbólico no sentido de reforçar essa identidade, com a proposta — aprovada por esta Assembleia — de adoção do codinome "Estado do Pantanal", como forma de valorizar e consolidar essa marca. No entanto, mais do que um símbolo, é fundamental que o Pantanal seja efetivamente preservado, e não se torne apenas uma lembrança do passado. As preocupações aqui apresentadas são significativas: a redução expressiva do volume de água nas últimas décadas, os episódios recorrentes de queimadas e o avanço de monoculturas, como a soja, sobre áreas sensíveis do bioma. Embora já tenhamos aprovado uma lei estadual de proteção ao Pantanal, entendemos que ainda há muitos aspectos que precisam ser aprofundados. O debate de hoje, especialmente sobre a hidrovia, evidencia preocupações relevantes. Nesse sentido, gostaríamos que o senhor também atuasse como porta-voz dessas demandas, inclusive junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem se destacado internacionalmente pela defesa do meio ambiente e pelo enfrentamento das mudanças climáticas. Acreditamos que ele será sensível às questões aqui discutidas. Agradeço, mais uma vez, a participação de todos. Encerramos, neste momento, as intervenções da Mesa e passamos à fase de

manifestações do público. Há várias inscrições, e proponho que estabeleçamos um tempo de fala entre três e cinco minutos para cada participante, a fim de garantir a participação de todos. Podemos proceder dessa forma? Contamos com a capacidade de síntese de cada um. Convido, então, a primeira inscrita, Tassiany Pereira, representante da senadora Soraya Thronicke.

SENHORA TASSIANY PEREIRA (representando a senadora Soraya Thronicke/MS) — Boa tarde! Gostaria de apresentar uma reflexão, mais do que uma pergunta direcionada a alguém específico. Considerando o papel fiscalizador dos mandatos parlamentares, tanto federais quanto estaduais, como essas instâncias podem contribuir para tornar esse processo mais transparente? E, sobretudo, como podemos garantir maior participação das comunidades ribeirinhas e indígenas, assegurando não apenas o direito de serem ouvidas, mas também de questionarem e influenciarem as decisões?

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Tassiany, vamos contar com o apoio da nossa bancada federal — senadores e deputados — nesse processo. Após esta audiência pública, pretendemos encaminhar um relatório contendo a síntese das discussões e das contribuições apresentadas. Esse documento será enviado à bancada federal, ao Governo do Estado, aos órgãos ambientais, ao Governo Federal e ao Ministério Público Federal. Esperamos contar com o engajamento dos parlamentares não apenas na fiscalização, que é fundamental, mas também na formulação de políticas públicas voltadas à preservação e proteção do nosso bioma. Convido agora o próximo inscrito, Fernando Tortato, coordenador de conservação da Panthera.

SENHOR FERNANDO RODRIGO TORTATO (Panthera) — Boa tarde a todos. Agradeço o convite, deputado. Considero esta uma oportunidade muito importante para debatermos a questão da hidrovía Paraguai–Paraná. Procurarei respeitar o tempo estabelecido. Entendo que esse tema pode ser analisado sob diferentes perspectivas. Se considerarmos o Pantanal inserido em uma bacia hidrográfica ampla e altamente sensível, como já foi exposto por todos os participantes, precisamos sempre adotar uma visão holística dos impactos. A instituição para a qual trabalho está focada na conservação dos felinos e, aqui no Pantanal, atuamos principalmente com a conservação da onça-pintada. Então, se pensarmos nessa espécie, por que o Pantanal é tão importante? Porque é ali que se encontram as maiores densidades de onça-pintada do mundo — mais do que na Amazônia ou em qualquer outro bioma. E por que isso ocorre? Está diretamente associado à produtividade desse ecossistema. Essa produtividade, por sua vez, depende da água, do pulso de inundação da planície. O sistema natural de seca e cheia determina essa produtividade, que afeta toda a biodiversidade: a vegetação, a fauna, a flora e, no topo da cadeia, a própria onça-pintada. A onça consegue manter esse vigor populacional justamente porque o ambiente é extremamente produtivo. Portanto, se você afeta o pulso de inundação — se altera a dinâmica do rio, sua "assinatura", seu comportamento natural —, acaba afetando a onça-pintada. Mas não devemos pensar apenas na onça. Retomando a perspectiva holística, precisamos considerar também as pessoas que vivem ali e toda a

biodiversidade do bioma. A Panthera, por exemplo, mantém uma base no Porto Jofre. Estive lá há duas semanas, na Bacia do rio Cuiabá, conectada à Bacia do Paraguai–Paraná. Em conversa com um morador local, ele me disse: "O rio subiu, mas está descendo rápido, porque o rio Paraguai não encheu". Isso demonstra uma conectividade hídrica natural que o ribeirão compreende empiricamente. Mesmo sem acesso a dados técnicos, ele sabe que os rios estão interligados e que o pulso de inundação orienta sua vida: o manejo da pesca, o momento de retirar ou colocar o gado. Portanto, alterar a dinâmica desse sistema — e é isso que a hidrovia, em seu modelo industrial, pode representar — implica mudanças no calado, no ritmo natural do rio. Esse é o ponto central. A navegação sempre existiu. Povos tradicionais utilizam esses rios há séculos. Há relatos históricos, como o de Cabeza de Vaca, no século XVI, descrevendo a navegação na região. Ou seja, a hidrovia já existe, mas precisa ser respeitada dentro dos limites da natureza. Ainda tenho dois minutos, então reforço: essa é uma luta, muitas vezes, inglória. Ouvir que a doutora Débora está há 36 anos nessa causa não é algo trivial. Há artigos de décadas atrás alertando exatamente para isso. Eu mesmo publiquei, há alguns anos, um trabalho sobre essa "tirania das pequenas decisões", quando se diz: "É só um porto aqui"; "uma hidrovia ali"; "uma hidrelétrica acolá". Somadas, essas decisões levam ao colapso do sistema. Não por acaso, um artigo recente — assinado por dezenas de pesquisadores, inclusive colegas aqui presentes — traz um título contundente: "O fim de um bioma: as consequências da hidrovia". Precisamos levar isso muito a sério. Não é coincidência que, em muitos filmes, tragédias começam com cientistas sendo ignorados. Não é ficção. Estamos dedicando nossas vidas à proteção desse bioma. A questão da hidrovia tem potencial para afetar todo o ecossistema pantaneiro. O Pantanal é, essencialmente, água. Se aumentamos o calado, se aceleramos o fluxo do rio, esvaziamos esse sistema mais rapidamente — como um ralo, já mencionado aqui. Esse ritmo lento, essa dinâmica própria do Pantanal, é fundamental para sua existência. Portanto, há vários pontos já destacados nesta audiência. É essencial que o poder público esteja atento e utilize todos os instrumentos disponíveis. Porque é muito claro: os benefícios tendem a ser concentrados em poucos, enquanto os prejuízos são coletivos. Trata-se, na prática, de uma verdadeira "tragédia dos comuns". E esse é um exemplo concreto — infelizmente — de algo que já está em curso. Precisamos, portanto, ter cuidado, responsabilidade e, sobretudo, uma visão ampla sobre o que está ocorrendo. Estamos diante da questão da hidrovia, mas também de outras frentes — como a ponte — e de tantas outras batalhas que enfrentamos. No fundo, tudo está conectado. Por isso, é fundamental estarmos atentos a esse conjunto de fatores e aproveitarmos as oportunidades de debate. Agradeço, inclusive, por este espaço, porque, infelizmente, são raros os momentos em que temos voz — sobretudo no ambiente político. Considero esse espaço extremamente valioso, inclusive para que possamos exercer essa cobrança, como bem pontuaram Luciana e Débora. Estamos em um governo que demonstra maior sensibilidade a essas pautas, e isso precisa ser aproveitado: é o momento de cobrar, de apresentar dados e de insistir nesses pontos. Não faz sentido permanecermos mais 36 anos nessa disputa — nem mais um ano sequer. Diante de todo o acúmulo de conhecimento, de todas as evidências já produzidas, é inadmissível que um problema dessa magnitude continue sendo ignorado. Portanto, deixo aqui o meu agradecimento.

SENHORA LUCIANA LEITE (representante da Environmental Justice Foundation no Brasil) — Gostaria de fazer um breve comentário, dialogando com as contribuições da Tassi e do Fernando Tortato, e também saudar o presidente do Ibama, que considero extremamente importante. Com relação ao papel do Poder Legislativo, há diversas possibilidades de atuação, como já foi mencionado. No entanto, destaco a importância do diálogo desta Casa com o Ministério Público, considerando o papel relevante que o Legislativo pode exercer ao provocar ações civis públicas e levar essa preocupação coletiva a instâncias capazes de, efetivamente, interromper o avanço desse processo da hidrovía. Aproveitando a presença do presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, ressalto que, embora os pedidos de licenciamento ainda não tenham sido formalmente apresentados, houve, no mês passado, manifestação do secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, no sentido de antecipar esse processo, de modo que ocorra antes do leilão, com o objetivo de conferir segurança jurídica aos potenciais investidores. O leilão está previsto para o final deste semestre, o que gera grande preocupação, pois há o risco de um processo acelerado, conduzido de forma sobreposta, com sinais de que parte do poder público já o considera como inevitável, em razão dos fortes interesses comerciais envolvidos. Quando observamos a participação de grandes conglomerados empresariais, como a JBS e a LHG, percebemos o elevado grau de influência política que esses atores podem exercer. Esse é um ponto central de preocupação da sociedade civil, especialmente porque há precedentes históricos que demonstram esse tipo de dinâmica. Ainda assim, temos exemplos positivos, como o caso dos povos do Tapajós, que conseguiram frear iniciativas semelhantes por meio da mobilização direta, inclusive com pressão sobre empresas envolvidas. Nesse sentido, faço um apelo à sociedade aqui presente: é fundamental que, no Pantanal, haja uma mobilização social à altura dos desafios colocados. Um dos aspectos mais preocupantes desse processo é justamente o desconhecimento da população sul-mato-grossense sobre o estágio avançado do projeto e seus impactos. Muitos ainda não sabem, por exemplo, o que significam termos como derrocagem e dragagem. Estamos diante de um processo que avança em velocidade tal que sequer permite o amadurecimento do debate público, científico e social. Enquanto isso, investimentos já vêm sendo anunciados, inclusive por instituições como o BNDES, para a estruturação da navegação. Por isso, reforço o apelo: é fundamental ampliar a divulgação dessas informações. Esse debate precisa sair desta Casa e alcançar a população — em Campo Grande, nas comunidades locais, entre os povos indígenas originários, que serão os primeiros a sofrer os impactos, como o povo Guató, que infelizmente não pôde estar presente hoje. Faço também um apelo ao Ibama para que atue com a devida cautela e atenção, considerando que os interesses sociais e ambientais não estão devidamente representados nesse projeto. Por fim, conclamo todos à mobilização. A comunidade científica já está ciente, há décadas, dos riscos. Falta, agora, que a sociedade sul-mato-grossense se aproprie desse debate e se manifeste, pois, coletivamente, somos mais fortes do que qualquer conglomerado econômico. Obrigada, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Passo a palavra, agora, à próxima inscrita, a professora Letícia Couto. Aliás, professora, certa vez realizamos aqui um

debate sobre o Chaco Paraguaio — o Agostinho se recorda — e há uma porção desse bioma que adentra o Pantanal, na região de Porto Murtinho. Nós gostaríamos que ele fosse reconhecido como bioma brasileiro. Hoje, ele está inserido no bioma Pantanal, mas possui características muito próprias. Poderíamos, inclusive, considerá-lo ameaçado. Quem sabe a senhora possa nos ajudar, junto ao IBGE, a reconhecer o Chaco brasileiro como o sétimo bioma do país.

SENHORA LETÍCIA COUTO GARCIA (pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) — Muito obrigada pela oportunidade, deputado Pedro Kemp. Cumprimento todos os integrantes da Mesa e registro minha satisfação em participar deste debate. Hoje pela manhã, estive na COP15, onde se discutiu amplamente o Pantanal, especialmente o papel da ciência e a necessidade de sua aproximação com os tomadores de decisão. Nós, aqui, representamos a comunidade científica. Publicamos um artigo feito por mais de quarenta cientistas e, até o momento, não percebemos o impacto concreto dessas evidências nas decisões políticas. Isso nos leva a questionar: o que mais é necessário fazer para demonstrar, com base em dados, que esse projeto causará impactos imensos na biodiversidade e no pulso de inundação do Pantanal? Esses impactos afetarão diversas espécies e também as comunidades humanas que dependem desse regime hídrico. Além disso, haverá reflexos diretos na saúde pública, pois a redução das inundações deixará grande quantidade de biomassa exposta, aumentando significativamente o risco de incêndios. Outro ponto importante refere-se às espécies migratórias e à sazonalidade ecológica do bioma. Eu gostaria de compartilhar uma experiência pessoal: tive a oportunidade, por meio de um intercâmbio promovido pela Embaixada dos Estados Unidos, de conhecer rios como o Tennessee e o Mississippi. O rio Mississippi, por exemplo, foi profundamente alterado para viabilizar a navegação. Hoje, ele sofre drenagens frequentes. Regiões como Nova Orleans, situadas em um dos estados mais úmidos dos Estados Unidos, enfrentam problemas severos de seca. Tive a oportunidade de visitar museus que exibem espécies criticamente ameaçadas — ou já extintas naquela região — em decorrência dessas intervenções. Trata-se de uma tragédia ambiental ocorrida há décadas, e que hoje mobiliza todo o país em torno de políticas públicas voltadas à resiliência hídrica. Enquanto isso, no Brasil, caminhamos na direção oposta: diante de um cenário de seca iminente no Pantanal, discute-se a implantação de uma hidrovia em um rio que já apresenta sinais de esgotamento. É um contrassenso. Como foi dito anteriormente, toda tragédia começa com cientistas alertando sobre seus riscos. Nós estamos aqui cumprindo esse papel. Trata-se, infelizmente, de uma tragédia anunciada. Caso esse projeto seja levado adiante, no futuro não haverá como alegar desconhecimento. Estaremos diante de impactos que beneficiarão poucos, em detrimento de um bioma extremamente sensível e de importância global. Falo aqui como cientista, ao lado de tantos colegas que vêm alertando sobre esses riscos, mas que ainda se sentem, muitas vezes, impotentes diante da ausência de respostas concretas. Esperamos que o poder público — especialmente o Legislativo e órgãos como o Ibama — mantenha uma postura firme para impedir que esse projeto avance. Confiamos que essa decisão será tomada com



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RIOS QUE CONECTAM, OBRAS QUE FRAGMENTAM
REALIZADA EM 24/03/2026**

responsabilidade, em defesa deste país, que abriga uma das maiores biodiversidades do planeta. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Eu gostei dessa frase: "Toda tragédia começa com os cientistas alertando sobre seus riscos." E aqui fica o alerta. Com a palavra, o Luiz Henrique.

LUIZ HENRIQUE DA SILVA (secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Corumbá) — Boa tarde, doutora Luciana Leite. Em seu nome, cumprimento os pesquisadores e as pesquisadoras aqui presentes, bem como os representantes da sociedade civil. Doutor Marco Antônio, em seu nome, cumprimento também os representantes e servidores do Poder Judiciário aqui presentes. Presidente Rodrigo Agostinho, em seu nome, cumprimento os representantes do Poder Executivo da União. E, deputado Pedro Kemp, em seu nome, cumprimento os demais cidadãos aqui presentes. Deputado, sua proposição é de grande importância para o nosso bioma. Isso já foi dito reiteradas vezes — e pode até parecer "chover no molhado" falar da importância do Pantanal. Contudo, o doutor Marco foi muito feliz ao destacar — e isso foi reiterado por outros participantes — que a hidrovia sempre existiu. E há um ponto fundamental em sua fala: o homem pantaneiro sempre soube trabalhar em comunhão com o meio ambiente. Como também já foi mencionado, o homem pantaneiro — ou melhor, o cidadão pantaneiro — precisa ser mais ouvido. Assim como espécies adaptadas ao bioma, como a onça-pintada, que no Pantanal apresenta características distintas da Amazônia, e o próprio cavalo pantaneiro, que é uma raça reconhecida, o ser humano pantaneiro também desenvolveu uma expertise única de convivência com esse ambiente. Há registros históricos dessa relação de comunhão entre o homem pantaneiro e o Pantanal, que se mantém ao longo do tempo. Portanto, deputado, eu gostaria de sugerir, humildemente, como representante da cidade de Corumbá, que Vossa Excelência proponha a realização de uma extensão desta audiência pública, em conjunto com as autoridades locais, no município de Corumbá e em outros municípios pantaneiros. É fundamental que os cidadãos corumbaenses, os pantaneiros, tenham voz no Poder Legislativo e perante as autoridades públicas. Como bem mencionado pelo doutor Marco, houve uma audiência pública na região, mas ela foi promovida pelo consórcio, se não me engano. Não posso afirmar com certeza, mas acredito que muitos dos pontos debatidos aqui não foram plenamente apresentados naquela ocasião. O homem pantaneiro precisa conhecer aquilo que está por vir, bem como os impactos que poderão ocorrer. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado, Luiz Henrique. Excelente sugestão. Vamos levá-la em consideração e verificar a possibilidade de realizar esse importante debate também em Corumbá. Tenho certeza de que, ao chegarem até lá, essas reflexões sensibilizarão ainda mais a população local — especialmente aqueles que vivem e trabalham no Pantanal. Concedo a palavra à senhora Catia Nunes.

SENHORA CÁTIA NUNES DA CUNHA (consultora técnica da Wetlands International Brasil) — Boa tarde! Na pessoa do deputado Pedro Kemp, cumprimento a Mesa. Muitos dos nomes aqui ainda são novos para mim, pois sou do Mato Grosso. Creio que já foram amplamente expostos os problemas relacionados a essa proposta de hidrovía, que, a meu ver, se configura como uma falácia. Para mim, como pantaneira, essa discussão tem um significado ainda mais profundo. Vivi minha infância entre os ciclos de cheia e seca, e toda a minha trajetória científica também se desenvolveu nesse contexto. Uma fase de seca prolongada, semelhante à que presenciei ainda na infância, na década de 1960. Quero enfatizar um ponto fundamental: sem essa conectividade hidrológica, não há Pantanal. Essa é uma constatação objetiva. Os solos da região são predominantemente arenosos e dependem diretamente do pulso de inundação para manter suas funções ecológicas. Sem esse regime hídrico, o sistema colapsa. Destaco, então, dois aspectos que considero centrais. O primeiro diz respeito ao EVTA (Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental). Quando esse documento foi divulgado, em 2019, a comunidade científica recebeu-o com grande preocupação. Trata-se de um material extremamente extenso e complexo, o que dificultou uma análise aprofundada em um primeiro momento. Diante disso, a Wetlands International, em conjunto com outras instituições, como a IAPAM, mobilizou pesquisadores de reconhecida expertise para realizar uma avaliação técnica independente. Esse trabalho foi posteriormente disponibilizado, por meio do Observatório Pantanal, ao Senado Federal e a diversos setores da sociedade. A análise realizada abordou a viabilidade política, econômica, social e ambiental da proposta da hidrovía Paraguai-Paraná. E os resultados foram preocupantes. Identificou-se que o documento original apresenta fragilidades significativas, especialmente por superestimar os ganhos econômicos e subestimar os impactos negativos. Em outras palavras, as premissas econômicas que sustentam o projeto mostram-se inconsistentes. O segundo ponto que gostaria de destacar, mais alinhado à minha formação acadêmica, refere-se ao funcionamento do sistema pantaneiro. Nesse contexto, cito a contribuição do professor Wilson Cabral de Souza, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que apontou uma falha crítica no estudo: a negligência com relação às mudanças climáticas. O EVTA desconsidera cenários climáticos que influenciam diretamente: a produção de sedimentos; a necessidade de dragagens sazonais; a operação em períodos de estiagem; e a maior frequência de eventos extremos. Posteriormente, esse mesmo grupo de pesquisadores desenvolveu estudos científicos sobre as mudanças climáticas na Bacia do Alto Paraguai e seus impactos hidrológicos no Pantanal. A principal conclusão é clara: não se pode planejar um empreendimento dessa magnitude com base em médias hidrológicas. É necessário compreender o funcionamento completo do sistema, incluindo suas variações extremas. Sob essa perspectiva, o modelo de fluxo proposto para a hidrovía mostra-se desfavorável — conclusão que converge com as demais manifestações apresentadas nesta audiência. Outro ponto relevante é que, historicamente, o Pantanal não foi analisado considerando períodos secos plurianuais ou decadais. O sistema alterna fases mais úmidas com fases mais secas — e estas, por sua vez, estão frequentemente associadas à ocorrência de incêndios. Se retomarmos o período entre 1960 e 1973, observaremos uma fase seca significativa. À época, não havia ainda a expansão do desenvolvimento agrícola no Cerrado nos moldes atuais, o que reforça que as

dinâmicas climáticas naturais já desempenhavam papel determinante. Antes não existiam projetos como o de desenvolvimento do Cerrado, o Polo Noroeste, as iniciativas de desenvolvimento da Amazônia. As cidades eram pequenas, e, conseqüentemente, a população também era reduzida. Agora, nesta fase em que nos encontramos, o cenário mudou. Temos essas áreas amplamente ocupadas e desmatadas, e não sabemos exatamente como — ou o quanto — isso vai repercutir em todo o sistema. Este é, portanto, um momento em que os administradores do país, em conjunto com a comunidade científica, precisam olhar para o longo prazo. Por isso, considero que manter o pulso de inundação é fundamental para a própria existência do Pantanal. O rio Paraguai desempenha um papel hidrológico essencial. Ele exerce controles geomorfológicos que já foram amplamente analisados, inclusive logo após as primeiras discussões sobre a hidrovia. Houve, à época, um relatório bastante extenso, elaborado pelo doutor Victor Ponce, amplamente conhecido e disponível. Nesse estudo, ele aponta a impossibilidade, do ponto de vista ecossistêmico, da realização de derrocagens. Trata-se de um hidrólogo de reconhecimento internacional, que realiza modelagens em rios como o São Francisco, no Brasil, além de estudos na China, entre outros. Assim, a questão do derrocamento é crítica: ainda que se busque um calado considerado aceitável, não se pode admitir esse tipo de intervenção. Era isso que eu gostaria de trazer para reflexão.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito bem. Obrigado. Passo agora a palavra ao próximo inscrito, o frei Klenner Frade, capuchinho do Conselho Indigenista Missionário.

SENHOR KLENNER ANTÔNIO DA SILVA (Conselho Indigenista Missionário — Cimi) — Boa tarde, todas e todos! Quero saudar o deputado Pedro Kemp, meu irmão, e, em seu nome, saudar toda a sua assessoria: a Lúcia, que entrou em contato, a equipe da EJF, a Luciana, o Rei, a Andressa, que estão aqui presentes. Sou grato pelos diálogos que temos mantido sobre essa questão ambiental, sempre trazendo também a pauta indígena. Saúdo ainda o SOS Pantanal, o presidente do Ibama e o doutor Marco, aqui representando o Ministério Público Federal. A Luciana e a equipe da EJF já me ouviram dizer isso algumas vezes, mas reforço: no Pantanal, temos pelo menos quatorze povos indígenas. Boa parte deles, inclusive, não é reconhecida pelo Governo Federal como povos do Pantanal — ou, em alguns casos, sequer como povos brasileiros. Desses quatorze povos, considerando Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, temos apenas três territórios regularizados. Em Mato Grosso do Sul, temos a terra do povo Kadiwéu, que é uma área significativa, embora invadida pelo agronegócio, por fazendeiros e também por arrendatários. Temos também a terra Guató, na aldeia Uberaba, que não comporta plenamente a cosmologia e o modo de vida desse povo na região. É claro que a presença do Cimi aqui nesta Casa é emblemática. O deputado Pedro acompanhou, inclusive, uma CPI conosco, na qual fomos acusados de incitar invasões. Nosso posicionamento, contudo, é de enfrentamento a esses grandes empreendimentos e ao agronegócio, justamente porque defendemos os povos indígenas. Seja o agronegócio do boi, da soja, do milho, das commodities, seja o chamado agronegócio ambiental, que, por vezes, também nega a existência desses povos. Há muitos povos

invisibilizados ao longo do rio Paraguai. Muitas vezes se fala apenas em população ribeirinha, e há organizações ambientais que sequer mencionam a presença indígena em suas publicações. Na Serra do Amolar, na Barra de São Lourenço — e trago aqui relatos de áreas onde já atuamos com comunidades, como Paraguai-Mirim, Domingo Ramos e Castelo —, temos regiões em que há populações do povo Guató, mas também de povos como os Laiana, os Terena e outros que ali vivem — e que, muitas vezes, têm sua própria existência negada. O direito indígena é anterior a qualquer outro direito, e nenhuma dessas comunidades foi consultada sobre o que pensam a respeito do que está acontecendo no rio Paraguai. E não se trata apenas desse caso: podemos mencionar outros empreendimentos, como a Rota Bioceânica, que atravessa territórios indígenas — inclusive áreas ainda não regularizadas, como no caso do território Terena em Nioaque, além de regiões próximas à terra Kadiwéu, afetando diversos outros territórios. Esse direito, que é constitucionalmente garantido — e que não se refere à criação de terras indígenas, mas ao reconhecimento e à identificação de territórios tradicionalmente ocupados — está sendo negligenciado por todos. Temos, inclusive, um exemplo recente: a ampliação do Parque Nacional, conduzida pelo ICMBio. Houve uma suposta consulta à comunidade Guató, ainda que essa comunidade não possua um protocolo formal de consulta. Essa consulta foi apresentada como livre, prévia e informada, conforme os tratados internacionais, mas, na prática, ocorreu sob pressão — com a mensagem de que, se não aceitassem, a demarcação não ocorreria ou, quando ocorresse, já não haveria território a ser demarcado. Isso configura, na verdade, uma forma de assédio institucional. Portanto, é fundamental reconhecer essas comunidades indígenas antes mesmo de se discutir qualquer empreendimento. Nenhuma dessas comunidades foi efetivamente consultada. E mais: ainda que fossem convidadas a participar desta audiência, há obstáculos concretos. Não estou aqui falando em nome de nenhuma comunidade indígena — até porque seria necessário ir até elas. Para se ter ideia, são cerca de trezentos quilômetros de barco até Corumbá, e mais seis horas e meia de deslocamento até aqui. É inviável que essas populações estejam presentes para se manifestar. Gostaria de propor uma reflexão: a maioria de nós aqui vive em casas cercadas por muros ou em apartamentos. Imaginem se alguém chegasse e dissesse que, por interesse coletivo, será construída uma estrutura atravessando a sua casa. Para o povo Guató e outros povos indígenas da região, o rio é a casa. E casa não é apenas o teto: envolve toda uma complexa rede de relações — cosmologia, modo de vida, alimentação, pesca, fauna, flora. Tudo isso compõe o mundo desses povos e precisa ser respeitado. Essas populações pertencem ao Pantanal muito antes da chegada de outros grupos. Foi mencionado que cerca de 84% do Pantanal ainda está preservado — logo, 16% já foi destruído. E é evidente que não foram essas comunidades indígenas as responsáveis por essa degradação. Minha fala busca, portanto, trazer essa dimensão: estamos debatendo meio ambiente, infraestrutura, desenvolvimento — mas existem povos indígenas que vivem nesses territórios e que não estão sendo ouvidos.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado, frei. Passo a palavra à Luany Mônaco, da comunidade pantaneira.

SENHORA LUANY MÔNACO (comunidade pantaneira) — Bom dia a todos! Eu quero dizer que o maior interesse nas obras da hidrovía Paraguai–Paraná é o escoamento de minério — um minério já amplamente explorado, de forma intensiva, em nossa região há mais de trinta anos, como a própria comunidade relata. Ao conversar com moradores de Ladário e Corumbá, compreendemos que essas são consequências vividas no cotidiano. Pessoas adoecem por causa da poeira do minério. Há registros de problemas de saúde graves, além de impactos como depressão, ansiedade e crises de pânico, decorrentes da baixa qualidade de vida. Existe, em Ladário, a rua Frei Liberato, que, há mais de trinta anos, é a principal via de escoamento de minério por caminhões. Durante todo esse tempo, os moradores pedem socorro ao poder público: solicitam, ao menos, o asfaltamento da via, a instalação de redutores de velocidade ou sinalização básica — e nem isso foi atendido. Próximo a essa rua, há uma escola. Em diversas ocasiões, as aulas precisam ser encerradas mais cedo porque as crianças não conseguem sequer se alimentar: a cozinha fica completamente impregnada pela poeira do minério. Isso impacta diretamente a educação das crianças, desde a base. Portanto, é importante deixar claro que a superexploração do minério já afeta, de forma direta, a vida das comunidades de Corumbá e Ladário. Agora, tratando especificamente da hidrovía Paraguai–Paraná, trago algumas informações que venho acompanhando. No ano passado, ocorreram ao menos três ou quatro audiências públicas promovidas pela própria empresa LHG Mining, com o objetivo de envolver a comunidade. Isso porque já havia muitas reclamações sobre as possíveis obras — havia muita especulação, muitos rumores. Entretanto, essas audiências foram organizadas de forma questionável. Realizavam-se em horários de trabalho — 9 da manhã; 3 da tarde —, o que dificultava a participação da população. E, mesmo quando as pessoas conseguiam comparecer, encontravam barreiras para se manifestar. Em muitos casos, as perguntas precisavam ser feitas por meio de formulários. E, ao serem apresentadas, essas perguntas eram, por vezes, alteradas antes de serem respondidas. As respostas, por sua vez, eram dadas por técnicos contratados pela própria empresa. Isso compromete a legitimidade do processo. Ainda assim, a justificativa apresentada é a de que a comunidade não participa. Mas a realidade é outra: a comunidade tenta participar, porém é impedida por diferentes mecanismos — entre eles, a realização de audiências em horários incompatíveis com a rotina de trabalho da população. É importante lembrar, ainda, que o rio Paraguai e o Pantanal não são exclusivamente brasileiros. Trata-se de um sistema transfronteiriço que envolve também a Bolívia e o Paraguai, afetando inúmeras populações. Em Corumbá, ocorreu, no ano passado, um evento denominado "Diálogos Hidroviáveis". Nesse evento, no entanto, as pessoas foram impedidas de dialogar. Recordo-me de que, em uma das ocasiões, foi afirmado que audiências públicas não são espaços de diálogo. Isso levanta uma questão fundamental: afinal, para que servem as audiências públicas? Participaram do *Diálogos Hidroviáveis* representantes de diferentes países do Pantanal, mas, em sua maioria, eram pessoas diretamente interessadas nos lucros decorrentes do empreendimento — proprietários de portos, mineradoras, entre outros. A Marinha do Brasil e a Prefeitura também estiveram presentes, mas não se opuseram aos encaminhamentos apresentados. E, no momento em que a população — a comunidade local — tentou participar, foi impedida. Eu lembro que o único país que pediu para que as pesquisas fossem

mais claras e que fizessem sentido, que condissessem com a realidade, foi a Bolívia. Uma desembargadora da Bolívia pediu para que pesquisas que fizessem sentido com a realidade fossem apresentadas naquelas audiências públicas, para que aquilo pudesse ir para frente. Isso, em um diálogo internacional. Todas as outras audiências públicas que aconteceram em Corumbá — e a última delas, inclusive, teve grande participação popular — não conseguiram ouvir a comunidade. Olha só, gente, o que aconteceu, que absurdo: era uma sala onde aconteceu a audiência pública; ela estava lotada de empreendedores que estavam diretamente interessados no lucro que o minério entrega a eles. E a comunidade, que tentava entrar na sala, ouvia que a sala estava lotada. Então, eles precisaram ficar fora da sala e assistir à audiência pública de outras duas salas, onde estava acontecendo uma transmissão ao vivo, que, inclusive, era muito ruim. Então, como a comunidade, como a população ribeirinha, como os povos originários, que moram a mais de 300 quilômetros, que andam de barco, vão participar de uma audiência pública nesses horários em que eles estão trabalhando, e ainda sabendo que nem podem dialogar? São pessoas vulneráveis; elas precisam trabalhar para colocar o pão de cada dia na mesa. E são pessoas que dependem diretamente do rio para viver, e vivem em conformidade com a natureza desde que o mundo é mundo. Elas conseguem viver bem com o Pantanal, sem destruir, sem acabar com ele, há muito tempo. Por que a gente não consegue fazer isso? A gente precisa contar com as instituições públicas que defendem o meio ambiente aqui no Brasil. Eu lembro que, em uma dessas audiências públicas, a Agência Nacional de Águas (ANA) participou, mas não se opôs em nada, não criticou, não dialogou; só ouviu. Então, como confiar no poder público, se ele não nos defende? E é preciso que isso aconteça, principalmente em Corumbá, onde as pessoas têm medo de dialogar; em Ladário, onde as pessoas não têm chance de dialogar. E, mais uma coisa, para encerrar: quero lembrar que o rio não é uma rodovia, gente! O rio é um ser vivo; o rio é um ser vivo! Ele tem ciclos que precisam ser respeitados. Ele gera alimento, água, vida. E, se nós não respeitarmos esse ser vivo, como vamos viver? E quero dividir com vocês outro absurdo: em uma dessas audiências, disseram que a tarifa por tonelada de minério que seria exportado pela rodovia Paraná-Paraguai seria de menos de 2 reais. O lucro da tonelada de minério vai para essas pessoas, para grandes empreendedores, enquanto motoristas, pessoas que trabalham em subempregos, pessoas que limpam o chão, que limpam o banheiro dessas grandes empresas recebem salário mínimo, não têm os seus direitos trabalhistas respeitados e ainda têm medo de se expressar, de buscar seus direitos. Qualidade de vida é algo que não existe para muitas pessoas. Para vocês terem noção, quem vive na rua Frei Liberato não consegue estender roupa branca no varal. Em menos de 30 minutos, a roupa fica vermelha, porque caminhões passam por lá 24 horas por dia. Imaginem o estrago que fazem as barcas com toneladas de minério que passam no rio Paraguai o ano todo! O rio Paraguai tem um ciclo de cheia e seca muito bem definido. Nós precisamos aprender com os pantaneiros. E, quando eu digo pantaneiros, não falo dos fazendeiros; falo das comunidades ribeirinhas, das comunidades tradicionais, dos pequenos produtores, dos povos indígenas, dos pescadores. Precisamos aprender com essas pessoas a respeitar o bioma, como elas vêm fazendo há muito tempo. São pessoas que vivem bem, que amam esse modo de vida e que sabem, de fato, o que é ser pantaneiro. É com elas que precisamos aprender — ouvir, dialogar e construir

conhecimento de forma conjunta. Houve, inclusive, uma discussão importante sobre isso na COP15: como aproximar a ciência das comunidades? A resposta é simples: vamos aprendendo juntos. Precisamos desse intercâmbio. Precisamos aprender uns com os outros. Eu ainda teria muitas outras coisas a dizer, mas vou encerrar para que outras pessoas também possam falar. Agradeço pela oportunidade. Espero que todos vocês possam nos ajudar. Se houver uma audiência pública em Corumbá, é importante que haja representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, porque, infelizmente, nem sempre podemos confiar em todos, e muitas vezes precisamos de alguém que olhe por nós. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito boa a sua fala, Luany. Tocou profundamente em nossos corações. Parabéns. Com a palavra, a Caroline.

SENHORA CAROLINE LEUCHTENBERG (professora pesquisadora do Projeto Ariranhas) — Primeiramente, quero agradecer, deputado, pelo convite. E quero parabenizá-lo pela organização desta audiência. Também agradeço pela oportunidade de participar e de ter voz, assim como todos que já se manifestaram aqui. É reconfortante perceber que não estamos sozinhos, que temos uma preocupação em comum. Estamos aqui justamente para discutir e tentar frear algo que não ocorre apenas no nosso país. Como a professora Letícia mencionou: existe a chamada "tragédia dos comuns", em que a maioria perde para beneficiar a minoria. Eu conheço a Débora há muitos anos e acompanho sua trajetória de luta. É difícil perceber que continuamos debatendo as mesmas questões, apresentando inúmeros documentos e estudos — muitos deles produzidos desde 2013, 2015 — e que ainda não alcançam o impacto necessário nas decisões. Falando da minha área de atuação: eu trabalho com a conservação de uma espécie emblemática — a ariranha. Mas ela não representa apenas uma espécie; ela simboliza o Pantanal, as águas e os povos que aqui discutimos. A ariranha é uma ribeirinha, assim como os pescadores, os Guató e tantos outros pantaneiros. Ela também luta para sobreviver diante da crise climática e da redução dos níveis de água no Pantanal. Com base nos dados do nosso projeto, identificamos que a espécie está mais ameaçada do que se imaginava. O Pantanal, que hoje representa o limite sul de sua distribuição — já que a espécie ocorria até a Argentina e o Uruguai — tornou-se seu último grande refúgio nessa região. Observamos um declínio populacional superior a 50% nos últimos anos, agravado pela seca extrema recente. Por isso, a ariranha possui um Plano Nacional de Conservação específico, com foco nas Bacias do Paraguai, Paraná, Tocantins e Araguaia — justamente as mais críticas neste momento. Dessa forma, a implantação da hidrovía impactará diretamente essa espécie. Estamos, possivelmente, diante de um cenário que pode representar o último respiro da ariranha no Pantanal. Portanto, temos também um compromisso com a biodiversidade pantaneira. Falo aqui em nome de um grupo de especialistas em lontras, profundamente preocupados com esse cenário — mas também falo como cidadã, como alguém que reconhece a gravidade do que está em jogo. Parece que estamos, mais uma vez, diante de um discurso vazio, indo na contramão de uma política nacional, ao mesmo tempo em que há recursos sendo direcionados para viabilizar um

empreendimento que sabemos ser potencialmente catastrófico para o Pantanal, sua biodiversidade e suas populações. Portanto, gostaria de registrar isso em ata. É fundamental que fortaleçamos este documento com diferentes visões, para que ele possa orientar o parecer desta audiência e embasar, de forma consistente, a necessidade de frear esse empreendimento. Dispomos de diversos dados científicos que podem ser incorporados, evidenciando a urgência de preservar os rios e os corpos hídricos da região. O Pantanal está secando, e a crise climática não se resume a um período de estiagem — trata-se de um fenômeno mais amplo, que já impacta o bioma e as comunidades que dependem dos ciclos naturais, especialmente do pulso de inundação, responsável pela produtividade dessa planície. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Concedo a palavra à senhora Ângela Kuczach. Eu vou ler uma pergunta: "Nesse contexto, as comunidades, especialmente ribeirinhas e indígenas, não deveriam ser consultadas à luz da Convenção nº 169 da OIT?".

SENHORA ÂNGELA KUCZACH (diretora executiva da Rede Nacional Pró Unidades de Conservação - Pró-UC) — Exatamente. Sempre que tratamos de qualquer tipo de empreendimento — inclusive a criação de unidades de conservação — a Convenção nº 169 da OIT é invocada. E, neste caso, cabe a pergunta: onde está a aplicação dessa Convenção agora? Fica aqui essa reflexão.

SENHORA LUCIANA LEITE (representante da Environmental Justice Foundation no Brasil) — Obrigada, Ângela. Creio que sua fala sintetiza, de forma bastante clara, uma questão que vem sendo recorrente neste debate: a insuficiência da participação popular. Já vivenciei situações emblemáticas — e até hostis — em audiências públicas, especialmente em Brasília, ao invocar a Convenção nº 169 da OIT. Muitas vezes, o que ocorre é a tentativa de legitimar a participação com a presença de um ou dois representantes, ou mesmo com participações remotas, em contextos de conectividade extremamente precária, como ocorre no Pantanal. Isso leva à falsa impressão de que os povos estão devidamente representados, quando, na prática, essa representação pode ser limitada ou até previamente direcionada. Por isso, reforço o ponto trazido pela Ângela: é fundamental que o debate chegue aos territórios. Esta audiência pública, convocada pelo deputado Pedro Kemp e apoiada por mandatos federais — como o da deputada Camila Jara e da senadora Soraya Thronicke —, é extremamente importante. No entanto, precisamos avançar para além da capital e desta Casa Legislativa. É necessário levar essa discussão diretamente às comunidades impactadas. Esse é, inclusive, um dos caminhos para questionar a viabilidade da hidrovía, diante do não cumprimento da Convenção nº 169 da OIT.

SENHOR RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (presidente do Ibama/MS) — Eu gostaria apenas de complementar com um esclarecimento importante, prezando pela transparência. O licenciamento ambiental não é um processo automático —

não se trata de "pedir e obter licença". Trata-se de um procedimento técnico de avaliação de impacto ambiental. A empresa apresenta o pedido acompanhado de estudos, que são analisados quanto à viabilidade do empreendimento. Essa avaliação considera diversos fatores: a dimensão da intervenção (como o porte da dragagem), a sensibilidade ambiental da área (se é uma região preservada ou já degradada), entre outros aspectos. Em empreendimentos dessa natureza, o prazo atualmente previsto na Lei nº 15.190 é de doze meses. Portanto, não procede a ideia de que haveria uma licença iminente, por exemplo, no curto prazo. Quanto à participação social, é importante esclarecer que, no licenciamento ambiental, o instrumento previsto é a audiência pública. Já no caso de unidades de conservação, fala-se em consulta pública, que é um instrumento distinto. Em unidades de conservação, o instrumento utilizado é a consulta pública, o que não se confunde com a Convenção nº 169 da OIT. É importante deixar isso claro. O entendimento predominante hoje, inclusive no âmbito jurídico do Governo Federal, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), é de que a consulta prevista na Convenção nº 169 deve ocorrer previamente ao licenciamento ambiental. Trata-se de uma etapa anterior, destinada a discutir o empreendimento como um todo, e não apenas um projeto já definido. Ou seja, não se trata de um procedimento a ser realizado após a elaboração do projeto e durante o licenciamento, mas sim de um momento anterior, de caráter mais amplo e estruturante. Cabe destacar que, embora a Convenção nº 169 da OIT tenha sido internalizada no ordenamento jurídico brasileiro, ela não foi regulamentada. Isso gera dificuldades práticas relevantes, como a definição de quem deve conduzir a consulta, de que forma ela deve ocorrer e quais critérios devem ser observados. Além disso, não se pode considerar que apenas os protocolos elaborados pelas comunidades afetadas sejam suficientes, isoladamente, para disciplinar o processo. Há, portanto, uma lacuna normativa importante. É fundamental diferenciar os instrumentos: havendo licenciamento ambiental, haverá audiências públicas próprias desse processo. Isso, contudo, não substitui nem impede que as comunidades reivindiquem a realização da consulta nos termos da Convenção nº 169. São procedimentos distintos, que muitas vezes são confundidos pela população. Assim, não é correto afirmar que uma audiência pública de licenciamento ambiental equivale à consulta prevista na Convenção nº 169. Faça questão de enfatizar esse ponto para que não haja dúvidas. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Passo agora a palavra ao professor Yzel Soares.

SENHOR YZEL RONDON SUÁREZ (professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) — Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade. Agradeço à doutora Débora pelas palavras generosas com relação ao trabalho desenvolvido por nosso grupo. Ela mencionou um estudo que realizamos em parceria com diversas universidades públicas — de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, além de instituições de Brasília, do Paraná e do Rio Grande do Sul — sobre os impactos de represas na Bacia do rio Paraguai. Esse trabalho surgiu a partir de uma demanda da Agência Nacional de Águas (ANA), com o objetivo de enfrentar uma questão central: o modelo tradicional de licenciamento ambiental, especialmente para empreendimentos de menor porte, costuma avaliar impactos em escala

local ou, no máximo, regional. No entanto, diante da previsão de cerca de 130 represas na região do Pantanal, tornou-se evidente a necessidade de uma avaliação sistêmica, capaz de considerar os efeitos acumulados. Trazendo essa reflexão para o tema em debate, foi mencionado que há aproximadamente 53 intervenções previstas na calha do rio Paraguai. Isso reforça a necessidade de uma abordagem semelhante. Ou seja, em vez de análises fragmentadas — uma para cada empreendimento —, é fundamental realizar uma avaliação integrada, que permita compreender os impactos cumulativos ao longo de todo o sistema. Considerando que, no trecho entre Corumbá e a foz do rio Paraguai, com mais de mil quilômetros de extensão, a declividade média é de cerca de dois centímetros por quilômetro, pequenas alterações em cada intervenção podem resultar em efeitos significativos quando somadas. Se essas intervenções, individualmente, gerarem impactos aparentemente modestos, o conjunto pode provocar, por exemplo, uma redução relevante no pulso de inundação — da ordem de dezenas de centímetros —, o que implicaria uma diminuição expressiva da área alagada. E isso, como já destacado por diversos participantes, afeta diretamente a produtividade da fauna aquática, a pesca, a biodiversidade e as atividades econômicas dependentes do regime hídrico do Pantanal. Diante disso, aproveitando a presença do presidente do Ibama, reforço a importância de se avançar na realização de uma avaliação ambiental integrada, em substituição a múltiplas análises isoladas, que não capturam a real dimensão da fragilidade do sistema pantaneiro.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito bom, professor. Agradeço a participação. Temos mais duas inscrições. Convido agora Andressa Fraga.

SENHORA ANDRESSA FRAGA (partícipe) — Boa tarde! Como representante da ciência e também como acadêmica, gostaria de cumprimentar os membros da Mesa e os companheiros de luta aqui presentes. Quero trazer, de forma breve, uma contradição diplomática recente. Como já foi amplamente mencionado, o Pantanal é um bioma transfronteiriço; portanto, estamos tratando de ameaças que ultrapassam os limites da geografia física. Nesse sentido, eu anotei alguns pontos para ser mais objetiva. No dia 16 de março de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Bolívia, Luis Arce, assinaram uma declaração conjunta. E na declaração, os mandatários afirmam que "a hidrovía constitui um eixo estratégico para ampliar a conectividade do comércio entre os países da região, saudar os avanços e acordos para a concessão à iniciativa privada do trecho da hidrovía, como instrumento capaz de assegurar maior previsibilidade, eficiência operacional e continuidade dos investimentos, com sustentabilidade ambiental". Diante disso, surge um questionamento: quais seriam, concretamente, esses instrumentos capazes de garantir previsibilidade, eficiência e, sobretudo, sustentabilidade ambiental? Ao mesmo tempo, o Pantanal se insere no contexto da COP15 — como já foi mencionado nesta audiência —, que traz como eixo a conectividade dos biomas. Como conciliar, então, essa diretriz com uma declaração recente que aponta em sentido potencialmente contraditório? Aproveitando que estamos na Casa Legislativa, eu gostaria também de mencionar uma possível violação de princípios constitucionais, já destacada anteriormente pela doutora Luciana. Refiro-me, especialmente, ao princípio da precaução. Como avançar com um

projeto dessa magnitude diante de incertezas científicas, ausência de dados consistentes sobre sedimentação e modelagem, e sem observar o dever de agir com cautela frente aos riscos? Trago, portanto, essa reflexão sobre uma contradição diplomática recente. Inclusive, enquanto elaborávamos a carta sobre a hidrovia — juntamente com a professora Débora, Ester e outros colegas —, fomos surpreendidos por essa declaração, que representou, para nós, um verdadeiro "balde de água fria". Agradeço a atenção de todos.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Para encerrar as inscrições, concedo a palavra à senhora Ana Carla Albuquerque.

SENHORA ANA CARLA ALBUQUERQUE (partícipe) — Boa tarde. Gostaria de parabenizar os organizadores pela iniciativa, que é fundamental para o nosso Pantanal. Cumprimento a Mesa, na pessoa do deputado Pedro Kemp. Trago dois pontos. O primeiro é que a Wetlands International Brasil, em parceria com a Mupan, desenvolveu alguns materiais sobre a hidrovia. Trouxe alguns exemplares para distribuição — não tenho todos impressos, mas disponho de versões em PDF e posso compartilhá-las. Um dos materiais é intitulado "A nova hidrovia Paraguai–Paraná: uma análise abrangente", que aborda a conjuntura e a viabilidade política, econômica, social e ambiental da proposta. Como já mencionado pela nossa consultora Kátia, há também outros estudos que deixarei à disposição. O segundo ponto é a divulgação de um estudo técnico em andamento, que trata de grandes obras de infraestrutura, como a que está sendo debatida aqui. O objetivo é orientar a elaboração de estudos de impacto ambiental mais rigorosos, fortalecendo as salvaguardas socioambientais. Esse estudo encontra-se atualmente em fase de consulta pública. Estamos, a partir de hoje, divulgando um questionário, e gostaríamos muito de contar com a participação de todos — especialmente das instituições e especialistas aqui presentes —, para enriquecer o trabalho. Trata-se de uma adaptação ao contexto político, ecológico e ecossistêmico do Pantanal, baseada em metodologia já aplicada em áreas úmidas da Argentina. A publicação está prevista para setembro. Deixo, com a assessoria de imprensa, os contatos para acesso aos materiais e, ao final, farei a entrega dos exemplares disponíveis. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Bom, chegamos ao final dos debates... Vamos ouvir mais um participante.

SENHOR PARTÍCIPE — Eu gostaria de aproveitar este momento para realizar uma entrega formal — ainda que simbólica — ao senhor e ao presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. Trata-se de uma carta construída pela sociedade civil, como já mencionado pela Luciana, elaborada a muitas mãos, com a contribuição de diversos pesquisadores, instituições e cidadãos. O documento reúne a assinatura de mais de cento e cinquenta organizações da sociedade civil e expressa um posicionamento de cautela quanto a qualquer intervenção no rio Paraguai. A carta destaca os potenciais impactos negativos que alterações, nos moldes atualmente propostos, podem causar ao Pantanal. Portanto, esta entrega simboliza a preocupação coletiva com os rumos desse processo. Reforço que não



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RIOS QUE CONECTAM, OBRAS QUE FRAGMENTAM
REALIZADA EM 24/03/2026**

podemos partir do pressuposto de que determinadas decisões já estão consolidadas e são irreversíveis. O caso do Tapajós é um exemplo claro de que, com mobilização social e pressão da sociedade civil, é possível mudar o curso dos acontecimentos. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Quem sabe possamos construir aqui um movimento semelhante ao que ocorreu no Tapajós. Concedo a palavra à Andressa Braga.

SENHORA ANDRESSA BRAGA COTTA — Gostaria apenas de complementar algumas questões levantadas. O doutor Agostinho mencionou, com muita propriedade, a alternativa da ferrovia — especificamente a Malha Oeste da antiga Ferrovia Noroeste do Brasil, cuja concessão foi interrompida após o sucateamento da estrutura. A retomada dessa ferrovia seria fundamental para reduzir a pressão sobre a hidrovia no transporte de cargas, especialmente durante os períodos de seca. Trata-se de uma alternativa viável no curto e médio prazo. Outro ponto relevante refere-se a uma ação judicial em tramitação. Houve uma decisão no Superior Tribunal de Justiça (STJ), atualmente submetida ao Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Luiz Fux. Esse cenário gera insegurança jurídica para o processo em questão. Caso haja uma decisão favorável à conservação do Pantanal — contemplando aspectos como a proteção do bioma, das espécies migratórias e dos sistemas ecológicos —, isso poderá impactar diretamente os rumos da concessão. Vale destacar que a decisão anterior do STJ já foi favorável à proteção ambiental, o que reforça a importância desse julgamento. No âmbito internacional, é importante esclarecer que Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai são signatários de um acordo de navegação — o Tratado de Santa Cruz, firmado entre as décadas de 1980 e 1990. Além disso, existe a Comissão Interministerial da Hidrovia Paraguai-Paraná, também criada nesse período. Assim, eventuais menções feitas por autoridades, como o presidente Lula ou o governo boliviano, provavelmente se referem a esse acordo histórico de navegação, e não especificamente ao atual processo de concessão. Contudo, é importante registrar que Bolívia e Paraguai solicitaram esclarecimentos — ou vista — sobre o processo de concessão. Inclusive, o andamento desse processo tem sido impactado por questionamentos apresentados por esses países, justamente em razão dos compromissos firmados no âmbito internacional. O Brasil já é signatário desse acordo há bastante tempo. E, por fim, na nova lei de licenciamento ambiental, os colegas do Ministério do Meio Ambiente conseguiram inserir um dispositivo interessante. Vou ler: "O artigo 8º, inciso IV, estabelece que as dragagens de manutenção em corpos hídricos naturais ou artificiais deverão ocorrer sem aumento da profundidade ou da largura previamente existentes." Portanto, apesar de essa nova lei ter gerado preocupações, ao menos houve a previsão de que não se poderá aprofundar ou alargar os corpos hídricos naturais e artificiais. Isso representa uma salvaguarda importante. Era esse o alerta que eu gostaria de fazer: ainda existem alguns mecanismos de proteção que precisam ser observados. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado, Débora. Doutor Marco Antônio.

SENHOR MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA (procurador da República – MPF/MS) — Mais uma vez, agradeço a oportunidade. Na última audiência, acho que faltou abordar um ponto — inclusive levantado pelo deputado Zeca — que diz respeito ao poder econômico das empresas com as quais estamos lidando. Refiro-me às dragagens que vêm sendo realizadas no Paraguai. Nesse contexto, é importante que haja provocação institucional, tanto por parte do Ibama quanto por parte desta Assembleia, porque temos a Opinião Consultiva nº 23, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que trata justamente dos impactos ambientais transfronteiriços. Não se pode admitir uma burla ao processo de licenciamento ambiental mediante o uso do poder econômico. Ou seja, realizar, em território estrangeiro, aquilo que não seria permitido no Brasil, produzindo, no entanto, os mesmos efeitos sobre o bioma, que é compartilhado. Por isso, é fundamental que essa preocupação seja formalizada. A Corte Interamericana já se posicionou nesse sentido: não é possível ignorar os impactos que ultrapassam fronteiras, especialmente quando afetam países vizinhos. Para encerrar, quero fazer um breve comentário sobre licenciamento ambiental. Trabalhei por um período na Amazônia, e a Usina de Balbina é frequentemente citada como exemplo da importância do licenciamento. Trata-se, possivelmente, de um dos maiores desastres ambientais do Brasil, ocorrido em um contexto de ausência de licenciamento adequado. Também atuei na Usina de Belo Monte, que, diferentemente, possui licenciamento. Ainda assim, enfrentamos desafios significativos. Hoje, por exemplo, há situações em que, em determinados períodos, a vazão do rio Xingu permite que populações indígenas atravessem o leito a pé — o que evidencia o impacto ambiental do empreendimento. À época, muitos já alertavam para o risco de um grande problema. Falava-se em uma "crônica de um desastre anunciado". O resultado foi um empreendimento de altíssimo custo ambiental e com desempenho aquém do esperado. Isso demonstra o quanto é essencial mantermos vigilância, mobilização e rigor técnico, para que erros históricos não se repitam. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Senhoras e senhores, eu acho que tivemos uma tarde muito produtiva, com uma audiência pública bastante qualificada e com ampla participação. Como já mencionei, elaboraremos um relatório desta audiência. A sessão está sendo gravada e, posteriormente, solicitaremos a transcrição taquigráfica, a fim de produzir um relato sintético das falas aqui apresentadas. Esse relatório será então encaminhado às autoridades, à bancada federal, ao Governo do Estado e aos órgãos ambientais, inclusive federais, levando o clamor manifestado nesta tarde, para que este tema seja amplamente debatido, sobretudo com a sociedade civil, que muitas vezes não é devidamente ouvida. Destaco a participação marcante da Luany, que representou com muita sensibilidade as comunidades pantaneiras. Quero também agradecer a presença do presidente do Ibama, senhor Agostinho, cuja participação foi extremamente relevante — ainda mais considerando sua vinda para a COP15. Esperamos que esta escuta também sensibilize as autoridades competentes. Agradeço, igualmente, aos companheiros Luciana, Gustavo e Stefania, que nos provocaram e contribuíram para a realização desta audiência pública. Estendo meus agradecimentos ao doutor Marco Antônio e à doutora Débora, que compuseram a Mesa conosco. Registro ainda minha gratidão a todos que atenderam ao



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RIOS QUE CONECTAM, OBRAS QUE FRAGMENTAM
REALIZADA EM 24/03/2026**

convite e participaram deste debate. Para mim, foi uma verdadeira aula. Saio profundamente sensibilizado com as questões aqui levantadas — problemas sérios e urgentes, que precisam ser considerados com a devida atenção. Comprometo-me a repercutir esta audiência pública durante as sessões da Assembleia Legislativa, levando aos demais deputados o conteúdo discutido nesta tarde, bem como as preocupações aqui manifestadas. Espero, assim, sensibilizar outros parlamentares e ampliar o apoio a essa causa, que diz respeito ao Pantanal, ao Estado de Mato Grosso do Sul e ao Brasil. Reafirmo nosso compromisso de seguir firmes nessa luta. Quero encerrar destacando uma fala da Luany que me marcou profundamente: "O rio não é uma estrada, não é um asfalto, é um ser vivo — e dele depende a nossa vida". Defendamos, acima de tudo, a vida. Muito obrigado a todos. A luta continua. Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta audiência. Está encerrada (17h26min).